

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

ANEXO 2 – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTATÉGICO

Tabela 1: Quadro de Referência Estratégico para o Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste (Listagem)

Estratégia ou Programa	Legislação / Documento de Suporte
Âmbito Global	
Agenda 2030 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	Resolução adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015. Disponível no respetivo <i>website</i> : https://unric.org/pt/
Convenção de Ramsar Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional	Decreto n.º 101/80, de 9 de outubro, que aprova para ratificação da Convenção
Âmbito Europeu	
EPS 2030 Estratégia de Proteção do Solo da UE para 2030	Aprovada pela CE, em 17 de novembro de 2021: COM(2021) 699
ETUSRN Estratégia Temática para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais	Aprovada pela CE, em 21 de dezembro de 2005: COM(2005) 670 de 21 de dezembro de 2005
EEB 2030 Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030	Aprovada pela CE, em 20 de maio de 2020: COM(2020) 380 de 20 de maio de 2020
Âmbito Nacional	
LBC Lei de Bases do Clima	Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro
EP 2030 Estratégia Portugal 2030	Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 97/2020, de 13 de novembro
PNRegadios Programa Nacional de Regadios (2014-2028)	RCM n.º 133/2018, de 12 de outubro e RCM n.º 206-A/2023, de 29 de dezembro (prorrogação até 2028)
PNA Plano Nacional da Água	Decreto-Lei n.º 76/2016 de 9 de novembro
PNUEA 2012-2020 Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020	RCM n.º 113/2005, de 30 de junho, reativado pela APA e disponível no respetivo <i>website</i> : https://apambiente.pt
ENCNB 2030 Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030	RCM n.º 55/2018, 7 de maio
ENAC 2020 (2025) Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020, prorrogado até 2025	RCM n.º 56/2015, de 30 de julho, prorrogado até 2025 pela RCM n.º 53/2020, de 10 de julho
P-3AC Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas	RCM n.º 130/2019, de 2 de agosto
RNC 2050 Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050	RCM n.º 107/2019, de 1 de julho

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Estratégia ou Programa	Legislação / Documento de Suporte
PNEC 2030 Plano Nacional de Energia e Clima 2030	RCM n.º 53/2020, de 10 de julho
PANCD 2014-2020 Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014-2020	RCM n.º 78/2014, de 24 de dezembro
PPMCSS Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca	Aprovado a 19 de julho de 2017, na primeira reunião da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca criada pela RCM n.º 80/2017, de 7 junho
PEPAC Plano Estratégico da Política Agrícola Comum 2023-2027	Disponível no site do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP): https://www.gpp.pt
AIA 2020-2030 Agenda para a Inovação na Agricultura 2020-2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020, de 13 de outubro de 2020
Âmbito Intermunicipal	
PIAAC-LT Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Lezíria do Tejo	Disponibilizado no <i>website</i> da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo: https://www.cimlt.eu
PIAAC-MT Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Médio Tejo	Disponibilizado no <i>website</i> da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo: https://mediotejo.pt
Oeste PIAAC Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Oeste	Disponibilizado no website da Comunidade Intermunicipal do Oeste: https://api.oestecim.pt/uploads/1/1/oestepiaac20190829.pdf
Instrumento de Gestão Territorial	Legislação / Documento de Suporte
Âmbito Nacional	
PNPOT Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro (1ª revisão)
PSRN 2000 Plano Sectorial da Rede Natura 2000	RCM n.º 115-A/2008, 21 de julho
PGRH Vouga, Mondego e Lis, PGRH Tejo e Ribeiras do Oeste e PGRH Sado e Mira Planos de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4A), do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A) e do Sado e Mira (RH6) - 3.º Ciclo	RCM n.º 62/2024, de 3 de abril
PGRI Vouga, Mondego e Lis, PGRI Tejo e Ribeiras do Oeste e PGRI Sado e Mira Planos de Gestão de Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4A), do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A) e do Sado e Mira (RH6) - 2.º Ciclo	RCM n.º 63/2024, de 22 de abril
POASD Plano de Ordenamento da Albufeira de São Domingos	RCM n.º 39/2009, de 14 de maio

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Estratégia ou Programa	Legislação / Documento de Suporte
Âmbito Regional	
PROTOVT Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo	RCM n.º 64-A/2009, 6 de agosto e retificada pela Declaração de Rectificação n.º 71-A/2009, de 2 de outubro
PROTAML Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa	RCM n.º 68/2002, de 8 de abril

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Tabela 2: Quadro de Referência Estratégico para o Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste (Desenvolvimento

• Estratégias ou Programas de maior relevância	
Âmbito Global	
Agenda 2030 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Resolução adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015	
<p>Meta: A Agenda 2030 é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (sócio, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes.</p> <p>Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm como base os progressos e lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos entre 2000 e 2015, e são fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo. A Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”.</p>	
Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas; 2. Erradicar a fome; 3. Saúde e bem-estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de género; 6. Água potável e saneamento; 7. Energias renováveis e acessíveis; 8. Trabalho digno e crescimento económico; 9. Indústria, inovação e infraestruturas; 10. Reduzir as desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Assegurar padrões sustentáveis de consumo e produção; 13. Ação climática; 14. Proteger a vida marinha; 15. Proteger a vida terrestre; 16. Paz, justiça e instituições eficazes; 17. Parcerias para a implementação dos objetivos.	

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Convenção de Ramsar | Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional

Decreto n.º 101/80, de 9 de outubro

Visão: Garantir que as zonas húmidas, com toda a sua riqueza ecológica e funções essenciais para a sustentabilidade ambiental, sejam protegidas e utilizadas de forma a beneficiar o ambiente e as sociedades humanas a longo prazo.

Portugal, ao ratificar a Convenção de Ramsar, comprometeu-se a cumprir esses objetivos específicos e a adotar políticas que protejam suas zonas húmidas de importância internacional.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
<p>18. Conservação das Zonas Húmidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Assegurar a conservação e uso racional das zonas húmidas, preservando os ecossistemas naturais e protegendo a biodiversidade, especialmente as aves aquáticas e outras espécies dependentes desses habitats. <p>19. Uso Sustentável:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover o uso sustentável das zonas húmidas de maneira a assegurar que os recursos naturais presentes nessas áreas sejam mantidos e utilizados de forma que beneficiem tanto as gerações atuais como futuras. <p>20. Designação de Zonas Húmidas de Importância Internacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cada país signatário compromete-se a designar e proteger pelo menos uma zona húmida de importância internacional (chamada "Sítio Ramsar"). Estes locais são selecionados com base nos critérios da convenção, como a sua importância ecológica, hidrológica e biológica. <p>21. Promoção da Cooperação Internacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> Estimular a cooperação internacional na conservação e gestão das zonas húmidas, especialmente quando estas atravessam fronteiras, como rios ou áreas costeiras partilhadas por mais de um país. <p>22. Apoio à Investigação e Monitorização:</p> <ul style="list-style-type: none"> Incentivar a investigação científica e a monitorização contínua das zonas húmidas para compreender melhor os seus processos ecológicos e desenvolver estratégias de gestão eficazes. <p>23. Sensibilização e Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Aumentar a sensibilização pública sobre a importância das zonas húmidas e promover a educação ambiental para que a sociedade reconheça o valor desses ecossistemas e participe na sua conservação. 	<p>1. Designação de Zonas Húmidas de Importância Internacional (Sítios Ramsar);</p> <p>2. Uso Racional das Zonas Húmidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover o uso racional das zonas húmidas em todo o território nacional, o que significa utilizar essas áreas de uma forma sustentável, equilibrando as necessidades ecológicas, sociais e económicas. <ul style="list-style-type: none"> Meta: Garantir que todas as zonas húmidas, não apenas os Sítios Ramsar, sejam geridas de forma a manter os seus valores ecológicos e garantir a sua funcionalidade a longo prazo. <p>3. Conservação das Zonas Húmidas e da Biodiversidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> Conservar as características ecológicas das zonas húmidas, protegendo a biodiversidade, particularmente as aves aquáticas, mas também outras espécies e habitats críticos presentes nessas áreas. <ul style="list-style-type: none"> Meta: Manter a biodiversidade e o funcionamento dos ecossistemas das zonas húmidas e evitar a degradação ou a perda dessas áreas. <p>4. Reabilitação e Restauração de Zonas Húmidas Degradadas;</p> <p>5. Cooperação Internacional;</p> <p>6. Educação e Sensibilização Pública;</p> <p>7. Monitorização e Investigação Científica;</p> <p>8. Relatório e Avaliação.</p>
<p>A área de estudo intersecta os seguintes sítios Ramsar:</p> <ul style="list-style-type: none"> Polje de Mira-Minde e nascentes associadas; Paúl do Boquilobo; Paúl da Tornada; 	

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Convenção de Ramsar | Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional

Decreto n.º 101/80, de 9 de outubro

- Estuário do Tejo;
- Estuário do Sado

Âmbito Europeu

EPS 2030 | Estratégia de Proteção do Solo da UE para 2030

Aprovada pela CE, em 17 de novembro de 2021: COM(2021) 699

Visão: Conseguir, até 2050, que todos os ecossistemas do solo da UE estejam em bom estado e, por conseguinte, sejam mais resilientes, o que exigirá mudanças muito profundas ao longo desta década. Até lá, a proteção, a utilização sustentável e a restauração do solo deverão tornar-se a norma. Os solos saudáveis são uma solução essencial para fazer face aos grandes desafios que enfrentamos: a consecução da neutralidade climática e da resiliência face às alterações climáticas, o desenvolvimento de uma (bio)economia limpa e circular, a inversão da perda de biodiversidade, a salvaguarda da saúde humana, o fim da desertificação e a inversão da degradação das terras.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
<p>1. Proteção do Solo como Recurso Natural Essencial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorizar o papel do solo na atenuação das alterações climáticas e na adaptação às mesmas; • Solo e economia circular - Dar prioridade à utilização circular das terras em detrimento da construção em terrenos virgens; <ul style="list-style-type: none"> ○ Garantir a utilização segura, sustentável e circular do solo escavado; ○ Limitar a ocupação de terras e a impermeabilização dos solos graças à utilização circular das terras; ○ Fechar o ciclo dos nutrientes e do carbono; • Biodiversidade dos solos em prol da saúde humana, animal e vegetal. • Solos para recursos hídricos saudáveis <p>2. Prevenção da degradação de terras e solos e recuperação de solos saudáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tornar a gestão sustentável dos solos a nova normalidade; • Prevenir a desertificação; • Prevenção da poluição do solo; • Recuperação de solos degradados e reparação de sítios contaminados; <p>3. Aumento do conhecimento sobre os solos;</p> <p>4. Permitir a transição sobre os solos e participação da sociedade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Solos para recursos hídricos saudáveis <p><i>"(...) Os Estados-Membros deverão integrar melhor a gestão da utilização das terras e dos solos nos respetivos planos de gestão das bacias hidrográficas e dos riscos de inundações, sempre que possível por via da implementação de soluções baseadas na natureza, tais como elementos naturais de proteção, elementos paisagísticos, restauração de rios, planícies aluviais, etc."</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Prevenir a desertificação; <p><i>"Os Estados-Membros deverão:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Adotar, em consonância com as ações previstas na Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, medidas a longo prazo adequadas para prevenir e adequar a degradação, por via da redução do consumo de água e da adaptação das culturas aos recursos hídricos disponíveis localmente, juntamente com uma utilização mais generalizada dos planos de gestão das secas e a aplicação de uma gestão sustentável dos solos.

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

ETUSRN | Estratégia Temática para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais

Aprovada pela CE, em 21 de dezembro de 2005: COM(2005) 670 de 21 de dezembro de 2005

Visão: Criar um futuro em que os recursos naturais sejam geridos de forma sustentável e eficiente, de modo a reduzir o impacto ambiental e preservar os recursos para as gerações futuras. Ao promover uma economia circular, a UE pretende minimizar o desperdício, aumentar a eficiência dos recursos e garantir que o crescimento económico ocorra sem comprometer o ambiente.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
<p>1. Promover a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Garantir que os recursos naturais sejam utilizados de forma eficiente e sustentável, de modo a minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente e assegurar a sua disponibilidade a longo prazo. Objetivo: Equilibrar o uso de recursos com a capacidade de regeneração e a preservação do meio ambiente. <p>2. Redução da Degradação Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> Reduzir os impactos ambientais resultantes da extração, processamento e utilização de recursos naturais. Isso inclui a poluição, perda de biodiversidade, degradação dos solos, desflorestação e mudanças nos ecossistemas. Objetivo: Diminuir significativamente os danos ambientais associados à utilização de recursos naturais, promovendo uma economia mais verde e circular. <p>3. Desacoplamento do Crescimento Económico e da Utilização de Recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Desacoplar o crescimento económico da utilização dos recursos naturais, promovendo a eficiência dos recursos e uma transição para práticas de produção e consumo mais sustentáveis. Objetivo: Permitir o crescimento económico sem aumentar proporcionalmente o consumo de recursos e os impactos ambientais, contribuindo para a sustentabilidade económica e ambiental. <p>4. Promoção da Economia Circular:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fomentar a transição para uma economia circular, onde os recursos são mantidos em uso pelo maior tempo possível, através da reciclagem, reutilização, redução de desperdícios e otimização dos processos de produção. Objetivo: Maximizar o valor e a utilização dos recursos, minimizando a extração de novos materiais e o impacto ambiental. <p>5. Melhoria da Eficiência no Uso de Recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Incentivar o uso eficiente dos recursos naturais ao longo de todo o ciclo de vida dos produtos, desde a 	<p>Objetivos específicos:</p> <p>1. Melhorar a Eficiência dos Recursos ao Longo de Todo o Ciclo de Vida:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover a eficiência dos recursos desde a extração até o descarte, focando em todo o ciclo de vida dos produtos. Objetivo: Aumentar a produtividade dos recursos, minimizando o uso de matérias-primas e reduzindo os resíduos e emissões. <p>2. Desacoplar o Crescimento Económico do Consumo de Recursos e Impacto Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> Quebrar a relação entre o crescimento económico e o aumento do consumo de recursos naturais, bem como os impactos ambientais associados. Objetivo: Garantir que o crescimento económico seja possível sem a degradação contínua dos recursos naturais e o aumento das emissões poluentes. <p>3. Reduzir os Impactos Ambientais Associados à Extração e Utilização de Recursos Naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Minimizar os efeitos adversos causados pela extração de recursos naturais, como a perda de biodiversidade, contaminação do solo, água e ar. Objetivo: Proteger os ecossistemas e a biodiversidade, melhorando a sustentabilidade da extração e uso dos recursos. <p>4. Promover a Economia Circular e Minimizar os Resíduos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Incentivar a transição para uma economia circular, onde os produtos e materiais são reutilizados, reciclados ou recuperados. Objetivo: Reduzir a quantidade de resíduos e aumentar o uso de materiais reciclados, promovendo ciclos fechados de materiais. <p>5. Estimular a Inovação em Tecnologias Limpas e de Baixo Impacto Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> Apoiar a inovação tecnológica que contribua para a sustentabilidade, promovendo processos de produção e produtos com baixo impacto ambiental. Objetivo: Impulsionar a utilização de tecnologias limpas e práticas mais sustentáveis na produção e no consumo.

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

ETUSRN | Estratégia Temática para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais

Aprovada pela CE, em 21 de dezembro de 2005: COM(2005) 670 de 21 de dezembro de 2005

<p>extração até o descarte, promovendo tecnologias inovadoras e práticas sustentáveis.</p> <ul style="list-style-type: none"> Objetivo: Aumentar a produtividade dos recursos e reduzir o desperdício nos processos de produção e consumo. <p>6. Conservação dos Recursos Naturais e Biodiversidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> Preservar os ecossistemas e a biodiversidade que dependem de recursos naturais saudáveis e abundantes, protegendo as áreas mais vulneráveis e garantindo a conservação dos habitats naturais. Objetivo: Proteger e restaurar os recursos naturais que sustentam a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos cruciais para a vida no planeta. 	<p>6. Reforçar a Competitividade da Indústria Europeia por Meio da Sustentabilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> Integrar práticas sustentáveis em setores industriais, melhorando a competitividade global da indústria europeia. Objetivo: Criar uma vantagem competitiva para a indústria europeia através da liderança em sustentabilidade e inovação verde.
--	---

EEB 2030 | Estratégia Europeia da Biodiversidade para 2030

Aprovada pela CE, em 20 de maio de 2020: COM(2020) 380 de 20 de maio de 2020

Visão: “Trazer a natureza de volta às nossas vidas”

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
1. Biodiversidade – Necessidade de Ação Urgente	<i>“O investimento em capital natural, nomeadamente na restauração de habitats ricos em carbono e numa agricultura compatível com o clima, é reconhecido como uma das cinco mais importantes políticas de recuperação orçamental, que proporciona multiplicadores económicos elevados e um impacto positivo no clima”.</i>
2. Proteger e restaurar a natureza na União Europeia	-
2.1. Uma rede coerente de áreas protegidas	
2.2. Um Plano da EU de Restauração da Natureza: recuperar ecossistemas em terra e no mar	<p>2.2.1 Reforçar o quadro jurídico da EU relativo à restauração da natureza</p> <p>2.2.2 Trazer a natureza de volta às terras agrícolas</p> <p><i>“(…) certas práticas agrícolas constituem um motor fundamental de declínio da biodiversidade. É por esta razão que é importante trabalhar em colaboração com os agricultores no sentido de apoiar e incentivar a transição para práticas plenamente sustentáveis. A melhoria das condições e da diversidade dos ecossistemas agrícolas aumentará a resiliência do setor às alterações climáticas, aos riscos ambientais e aos choques socioeconómicos, criando novos postos de trabalho, por exemplo, na agricultura biológica, no turismo rural ou no lazer”.</i></p> <p>2.2.3 A questão da ocupação artificial do solo e a restauração dos ecossistemas solos</p> <p><i>“(…) é fundamental intensificar os esforços para proteger a fertilidade, reduzir a erosão e aumentar a matéria orgânica dos solos. Tal deve ser feito através da adoção de práticas de</i></p>

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

EEB 2030 | Estratégia Europeia da Biodiversidade para 2030

Aprovada pela CE, em 20 de maio de 2020: COM(2020) 380 de 20 de maio de 2020

	<p><i>gestão sustentável dos solos, nomeadamente no âmbito da PAC [Política Agrícola Comum].”</i></p> <p>2.2.4 Aumentar a quantidade de florestas e melhorar a saúde e resiliência destas</p> <p>2.2.5 Soluções mutuamente vantajosas para a produção de energia</p> <p>2.2.6 Restabelecer o bom estado ecológicos dos ecossistemas marinhos</p> <p>2.2.7 Restauração dos ecossistemas de água doce</p> <p><i>“(…) São necessários maiores esforços para restaurar os ecossistemas de água doce e as funções naturais dos rios, a fim de alcançar os objetivos da Diretiva-Quadro da Água. Tal pode ser feito através da remoção ou do ajustamento de obstáculos que impeçam a passagem de peixes em migração e da melhoria do fluxo de água e sedimentos. Para tornar isto uma realidade, será restabelecido o curso natural de rios, numa extensão de, pelo menos, 25 000 km até 2030, por meio da remoção de obstáculos essencialmente obsoletos e da restauração das planícies aluviais e zonas húmidas”.</i></p> <p>2.2.8 Ecologização das zonas urbanas e periurbanas</p> <p>2.2.9 Reduzir a poluição</p> <p><i>(…) “A Comissão promoverá também o objetivo de eliminar a poluição resultante dos fluxos de azoto e de fósforo provenientes dos fertilizantes, reduzindo as perdas de nutrientes em, pelo menos, 50 %, assegurando, em simultâneo, que não ocorre degradação da fertilidade do solo. Tal resultará na redução da utilização de fertilizantes em, pelo menos, 20 %”.</i></p> <p>• Principais compromissos até 2030</p> <p>3. <i>Redução da utilização e do risco dos pesticidas químicos em 50 % e redução da utilização dos pesticidas mais perigosos em 50 %.</i></p> <p>4. <i>Pelo menos 10 % da superfície agrícola constituída por elementos paisagísticos de grande diversidade.</i></p> <p>5. <i>Pelo menos 25 % das terras agrícolas sob produção biológica e aumento significativo da adoção de práticas agroecológicas.</i></p> <p>(…)</p> <p>7. <i>Restabelecimento do curso natural de rios, numa extensão de, pelo menos, 25 000 km.</i></p> <p>(…)</p> <p>10. <i>Redução de 50 % das perdas de nutrientes provenientes dos fertilizantes, resultando na redução em, pelo menos, 20 % da utilização de fertilizantes.</i></p>
<p>3. Permitir uma mudança transformadora</p> <p>3.1. Um novo quadro de governação</p>	-

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

EEB 2030 | Estratégia Europeia da Biodiversidade para 2030

Aprovada pela CE, em 20 de maio de 2020: COM(2020) 380 de 20 de maio de 2020

3.2. Intensificar a aplicação e a fiscalização da legislação ambiental da UE	-
3.3. Tirar partido de uma abordagem integrada e que envolva a sociedade como um todo	3.3.1. Empresas em prol da biodiversidade 3.3.2. Investimentos, fixação de preços e fiscalidade 3.3.3. Medir e integrar o valor da natureza 3.3.4. Melhorar os conhecimentos, a educação e as competências
4. A União Europeia a favor de uma Agenda Mundial ambiciosa para a Biodiversidade 4.1. Aumentar o nível de ambição e compromisso a nível mundial	-
4.2. Recorrer à ação externa para promover a ambição da UE	4.2.1. Governação internacional dos oceanos 4.2.2. Política comercial 4.2.3. Cooperação internacional, política de vizinhança e mobilização de recursos

Âmbito Nacional

LBC | Lei de Bases do Clima

Lei nº 98/2021

Visão: -

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
a) Promover uma transição rápida e socialmente equilibrada para uma economia sustentável e uma sociedade neutras em gases de efeito de estufa; b) Garantir justiça climática, assegurando a proteção das comunidades mais vulneráveis à crise climática, o respeito pelos direitos humanos, a igualdade e os direitos coletivos sobre os bens comuns; c) Assegurar uma trajetória sustentável e irreversível de redução das emissões de gases de efeito de estufa; d) Promover o aproveitamento das energias de fonte renovável e a sua integração no sistema energético nacional; e) Promover a economia circular, melhorando a eficiência energética e dos recursos; f) Desenvolver e reforçar os atuais sumidouros e demais serviços de sequestro de carbono; g) Reforçar a resiliência e a capacidade nacional de adaptação às alterações climáticas;	Agricultura de baixo carbono 1. O Estado promove uma agricultura sustentável e resiliente, combatendo a desertificação e prosseguindo os objetivos da neutralidade climática, da coesão territorial e da proteção da biodiversidade. 2. A descarbonização do setor da agricultura é desenvolvida através de políticas que: a) Acelerem a transição para sistemas produtivos e culturas mais sustentáveis e resilientes; b) Melhorem a alimentação animal e tenham uma abordagem holística da pecuária, designadamente recorrendo a tecnologias que reduzam a emissão de gases de efeito de estufa; c) Promovam o aumento do teor de matéria orgânica no solo, designadamente através de pastagens permanentes melhoradas e da aplicação de compostos orgânicos; d) Melhorem os sistemas de gestão dos efluentes pecuários;

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

LBC | Lei de Bases do Clima

Lei nº 98/2021

<p>h) Promover a segurança climática;</p> <p>i) Estimular a educação, a inovação, a investigação, o conhecimento e o desenvolvimento e adotar e difundir tecnologias que contribuam para estes fins;</p> <p>j) Combater a pobreza energética, nomeadamente através da melhoria das condições de habitabilidade e do acesso justo dos cidadãos ao uso de energia;</p> <p>k) Fomentar a prosperidade, o crescimento verde e a justiça social, combatendo as desigualdades e gerando mais riqueza e emprego;</p> <p>l) Proteger e dinamizar a regeneração da biodiversidade, dos ecossistemas e dos serviços;</p> <p>m) Dinamizar o financiamento sustentável e promover a informação relativa aos riscos climáticos por parte dos agentes económicos e financeiros;</p> <p>n) Assegurar uma participação empenhada, ambiciosa e liderante nas negociações internacionais e na cooperação internacional;</p> <p>o) Estabelecer uma base rigorosa e ambiciosa de definição e cumprimento de objetivos, metas e políticas climáticas;</p> <p>p) Reforçar a transparência, a acessibilidade e a eficácia da informação, do quadro jurídico e dos sistemas de informação, reporte e monitorização;</p> <p>q) Garantir que todas as medidas legislativas e investimentos públicos de maior envergadura sejam avaliados estrategicamente em relação ao seu contributo para cumprir os pressupostos enunciados, integrando os riscos associados às alterações climáticas nas decisões de planeamento e de investimento económico nacional e setorial.</p>	<p>e) Fomentem o uso mais eficiente de fertilizantes, de energia e de água;</p> <p>f) Promovam a substituição de fertilizantes químicos sintéticos por orgânicos;</p> <p>g) Expandam significativamente a agricultura biológica, de conservação e de precisão;</p> <p>h) Estimulem o desenvolvimento tecnológico e a inovação no setor agrícola;</p> <p>i) Promovam a agroecologia.</p> <p>Água e resíduos</p> <p>3. O Estado promove o uso eficiente da água e a valorização dos sistemas de tratamento de águas residuais, designadamente através de:</p> <p>a) Execução do planeamento e da gestão hídrica, no sentido de garantir a segurança hídrica, a proteção da biodiversidade e as atividades socioeconómicas, de acordo com um uso justo, reduzindo a exposição e a vulnerabilidade e aumentando a resiliência às alterações climáticas;</p> <p>b) Definição de um sistema de monitorização dos grandes consumos de água, para os diversos fins, incluindo o consumo humano, ao nível autárquico, o consumo nos perímetros hidroagrícolas nacionais e os consumos industriais, no sentido de analisar as ações de eficiência hídrica em cada um dos setores;</p>
---	---

EP 2030 | Estratégia Portugal 2030

Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 97/2020, de 13 de novembro

Visão: Recuperar a economia e proteger o emprego, e fazer da próxima década um período de recuperação e convergência de Portugal com a União Europeia, assegurando maior resiliência e coesão, social e territorial.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
<ul style="list-style-type: none"> • Agenda temática 1 – As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade. 	<p>Domínios Estratégicos (DE) e Eixos de Intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • DE1 - Sustentabilidade demográfica • DE2 - Promoção da inclusão e luta contra a exclusão • DE3 - Resiliência do sistema de saúde • DE4 - Garantia de habitação condigna e acessível • DE5 - Combate às desigualdades e à discriminação

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

EP 2030 Estratégia Portugal 2030 Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 97/2020, de 13 de novembro	
<ul style="list-style-type: none"> Agenda temática 2 – Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento 	<p>Domínios Estratégicos (DE) e Eixos de Intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> DE1 - Promoção da sociedade do conhecimento DE2 - Digitalização e inovação empresarial DE3 - Qualificação dos recursos humanos DE4 - Qualificação das instituições
<ul style="list-style-type: none"> Agenda Temática 3 – Transição climática e sustentabilidade dos Recursos <p>São objetivos até 2030:</p> <ul style="list-style-type: none"> a redução das emissões globais de GEE em 45% a 55% e em 40% no setor dos transportes face a 2005; aumentar para 47% do peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia; reduzir em 35% o consumo de energia primária; reduzir para metade a área ardida, de modo a aumentar a capacidade de sequestro de carbono. 	<p>Domínios Estratégicos (DE) e Eixos de Intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> DE1 – Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética DE2 – Tornar a economia circular DE3 – Reduzir riscos e valorizar os ativos ambientais <p><u>Eixos de intervenção:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Gerir os recursos hídricos; <p><i>“No que respeita à gestão dos recursos hídricos as intervenções têm por objetivo duas dimensões: alcançar e manter o bom estado das massas de águas superficiais interiores, das massas de água costeiras, das massas de água de transição e das massas de água subterrâneas e, no ciclo urbano da água, obter acréscimos de eficiência, não apenas através da redução de perdas de água, mas também da energia utilizada na respetiva produção e transporte.”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Proteger e valorizar o litoral; Melhorar a qualidade dos solos, do ar e do ambiente nas cidades (redução de passivos ambientais); Conservar a natureza e a biodiversidade; Reduzir os riscos de catástrofes. <ul style="list-style-type: none"> DE4 – Agricultura e florestas sustentáveis <p><i>“As intervenções neste domínio visam potenciar o papel do setor da agricultura e das florestas, bem como do mundo rural no seu todo, na sustentabilidade e valorização dos recursos, na fixação das populações e no combate à desertificação.</i></p> <p>(...)</p> <p><i>Será assim implementada uma estratégia integrada (...) através da prossecução dos seguintes eixos de intervenção:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Promover o potencial económico da agricultura e seu contributo para a sustentabilidade do território;</i> <i>(...)</i> <i>Utilizar eficientemente os recursos nos setores agrícola, alimentar e florestal;</i> <i>Proteger os ecossistemas e a biodiversidade</i> <p>DE5 - Economia do mar sustentável</p>
<ul style="list-style-type: none"> Agenda Temática 4 – Um país competitivo externamente e coeso internamente 	<p>Domínios Estratégicos (DE) e Eixos de Intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> DE1 – Competitividade das redes urbanas DE2 – Competitividade e coesão na baixa densidade DE3 – Projeção da faixa atlântica

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

EP 2030 | Estratégia Portugal 2030

Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 97/2020, de 13 de novembro

- DE4 – Inserção territorial mercado ibérico

PNRegadios | Programa Nacional de Regadios

RCM n.º 133/2018, de 12 de outubro e RCM n.º 206-A/2023, de 29 de dezembro (prorrogação até 2028)

O Programa Nacional de Regadios (2014-2028) foi criado com o objetivo de contribuir para a expansão, reabilitação e modernização dos regadios existentes e a criação de novas áreas regadas, designadamente com potencial de ligação às existentes e de promover o regadio e outras infraestruturas coletivas, numa ótica de sustentabilidade.

Objetivos e Metas Gerais					Objetivos e Metas Específicas				
<p>(...) as ações e investimentos a realizar para implementação do PNRegadios são coerentes com a prossecução dos seguintes objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A sustentabilidade dos recursos solo e água; • A eficiência energética; • A rentabilização dos investimentos; • O respeito pelos valores ambientais; • O envolvimento e participação dos interessados; • O enquadramento nos princípios genéricos da Programação do PDR 2020. <p>“Os valores totais de investimento associados ao PNRegadios, por Zona Homogénea, são os seguintes”:</p>					<p>Zonamento do PNRegadios</p> <p>“Os estudos que estiveram na origem do PNRegadios identificaram 54 projetos localizados de norte a sul do País, visando um conjunto alargado de intervenções de reabilitação e modernização de regadios e também de alargamento da área regada, no sentido de habilitar Portugal aos desafios da modernidade e da eficiência hidráulica e energética”.</p> <p>Estes estão organizados por 4 zonas homogéneas, sendo que a área de estudo fica predominantemente integrada na Zona Homogénea 3 - Litoral Norte e Centro. Em menor extensão integra-se também nas zonas 2 – Alentejo e na Zona 4 – Interior Norte e Centro.</p> <p>As novas áreas de regadio e infraestruturas associadas encontram-se totalmente na Zona Homogénea 3.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Zona Homogénea 3 – Litoral Norte e Centro <p>“Esta zona integra os trechos finais de grandes rios como o Tejo, o Lis, o Mondego, o Vouga, o Douro, o Cávado, o Lima e o Minho, sendo que se podem encontrar, nas zonas aluvionares muito férteis de alguns destes rios, alguns perímetros de grande importância e tradição, como o do Vale do Sorraia, da Lezíria de V. Franca de Xira, do Lis e do Mondego, a maioria dos quais carecem de intervenção para assegurar a sua sustentabilidade — prevendo -se, no âmbito do PNRegadios, a concretização de 8 investimentos. A estas intervenções acresce a construção de um aproveitamento hidroagrícola novo nas Baixas de Óbidos e Amoreiras, baseado no aproveitamento dos recursos hídricos disponibilizados pela barragem de Óbidos, já construída há alguns anos”.</p>				
Zonas Homogéneas	Novo Regadio (€)	Modernização (€)	Reforço de Bombagem (€)	Total (€)					
Algarve e Sudoeste Alentejano	1,72 M	30,43 M	-	32,15 M					
Alentejo	232,55 M	50,70 M	33,85 M	317,10 M					
Litoral Norte e Centro	27,73 M	99,05 M	-	126,78 M					
Interior Norte e Centro	71,8 M	12,25 M	-	84,05 M					
Total	333,8 M	192,43 M	33,85 M	560,08 M*					
<p>“Associado aos investimentos, existem objetivos físicos de realização que compreendem as áreas de regadio a intervir. No quadro seguinte apresenta-se o resumo dos objetivos, por tipologia”.</p>									

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

PNRegadios | Programa Nacional de Regadios

RCM n.º 133/2018, de 12 de outubro e RCM n.º 206-A/2023, de 29 de dezembro (prorrogação até 2028)

Zonas Homogêneas	Novo Regadio (ha)	Modernização (ha)	Total (ha)
Algarve e Sudoeste Alentejano	132	14 545	14 677
Alentejo	51 420	14 566	65 986
Litoral Norte e Centro	180	10 250	10 430
Interior Norte e Centro	3 600	1 692	5 292
Total	55 332	41 053	96 385

* A RCM n.º 206-A/2023, de 29 de dezembro, que prorroga o PNRegadios até 2028, prevê um investimento total de 608 Milhões de euros até 2028.

PNA | Plano Nacional da Água

Decreto-Lei n.º 76/2016 de 9 de novembro

O Plano Nacional da Água estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e orientações a aplicar pelos planos de gestão de regiões hidrográficas e outros instrumentos de planeamento das águas. Foi aprovado no âmbito da Lei da Água.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
<ol style="list-style-type: none"> Garantir bom estado/bom potencial de todas as massas de água, superficiais, subterrâneas, costeiras e de transição, evitando qualquer degradação adicional; Assegurar disponibilidade de água numa base sustentável para as populações, as atividades económicas e os ecossistemas; Aumentar a eficiência da utilização da água, reduzindo a pegada hídrica das atividades de produção e consumo e aumentando a produtividade física e económica da água; Proteger e restaurar os ecossistemas naturais, por forma a garantir a conservação do capital natural e assegurar a provisão dos serviços dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres deles dependentes; Promover a resiliência e adaptabilidade dos sistemas hídricos, naturais e humanizados, para minimizar as consequências de riscos associados a alterações climáticas, fenómenos meteorológicos extremos e outros eventos. 	<p>Desenvolvimento Rural e Regadios</p> <p>O PNA analisa três documentos de natureza estratégica relevantes neste âmbito, dada a inexistência (à data da sua publicação) do Plano Nacional de Regadio, entretanto aprovado.</p> <p>Medidas propostas</p> <p>As medidas e ações que integram este plano têm desenvolvimento no âmbito dos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas (PGRH).</p> <ul style="list-style-type: none"> Eixo 1 – Medidas destinadas a melhorar o conhecimento sobre o estado das massas de água e as pressões Eixo 2 – Medidas destinadas à revisão e otimização dos PM e planos setoriais Eixo 3 – Intervenções Estruturais <ul style="list-style-type: none"> Medida 3.4 - Reabilitação de infraestruturas de rega e adoção de métodos de rega mais eficientes Eixo 4 – Medidas de desenvolvimento legislativo, controlo de pressões e de aplicação generalizada da lei

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

PNA | Plano Nacional da Água

Decreto-Lei n.º 76/2016 de 9 de novembro

	<p>Medida 4.9 – Apoio, através de serviços de extensão rural, aos agricultores na aplicação do Código das Boas Práticas Agrícolas</p> <ul style="list-style-type: none"> Eixo 5 – Medidas de gestão destinadas à proteção da biodiversidade e dos ecossistemas aquáticos e terrestres Eixo 6 – Medidas visando o uso eficiente dos recursos e a elevação dos níveis de recuperação de custos dos serviços hídricos <p>Medida 6.2 – Reabilitação das redes de água, urbanas e rega (...)</p> <ul style="list-style-type: none"> Eixo 7 – Medidas destinadas à redução de riscos Eixo 8 – Medidas de capacitação e reforço das condições de governância do PNA
--	---

PNUEA 2012-2020 | Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020

RCM n.º 113/2005, de 30 de junho, reativado pela APA e disponível no respetivo *website*: <https://apambiente.pt>

O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água é um instrumento de política ambiental nacional que tem como principal objetivo a promoção do Uso Eficiente da Água em Portugal, especialmente nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos, sem pôr em causa as necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento socioeconómico do país.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
<p>Objetivos gerais:</p> <ol style="list-style-type: none"> Melhorar a eficiência de utilização da água, sem pôr em causa as necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento do país, tendo como objetivos complementares a redução da poluição das massas de água e a redução do consumo de energia; Promover o Uso Eficiente da Água em Portugal, contribuindo para a minimização dos riscos decorrentes da carência de água em situação hídrica normal, potenciada durante os períodos de seca; Contribuir para a consolidação de uma nova cultura da água em Portugal que valorize de forma crescente este recurso, atribuindo-lhe a importância devida no desenvolvimento humano e económico e contribuindo para a preservação do meio natural, numa ótica de desenvolvimento sustentável. 	<p>Setor Agrícola</p> <ol style="list-style-type: none"> Redução das perdas de água nos sistemas de condução de água para rega e das dotações brutas de rega; Articulação gradual das receitas associadas aos tarifários e o custo real da água, com ênfase nos volumes utilizados, sem perda de competitividade do setor. <p>a) Aumento da eficiência global dos sistemas de rega através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Melhoria da qualidade dos projetos (captação, exploração, rega, etc.); Redução das perdas de água no armazenamento, transporte e distribuição (reabilitação de barragens, impermeabilização de canais, construção de reservatórios de compensação em pontos estratégicos e no final dos canais, automatização das estruturas de regulação, etc.), com recurso por exemplo aos fundos do ProDeR, ou outros programas que lhe sucedam (após 2013); Redução das perdas na aplicação de água ao solo (introdução de sistemas de aviso e agrometeorológicos, reconversão dos métodos de rega, com automatização e
<p>Objetivos Estratégicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> Criar uma atitude duradoura de preservação da água junto dos cidadãos e, em particular, na população infantil e juvenil, como garante do potencial transformador de comportamentos; 	

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

PNUEA 2012-2020 | Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020

RCM n.º 113/2005, de 30 de junho, reativado pela APA e disponível no respetivo *website*: <https://apambiente.pt>

<p>2. Criar uma consciência nos cidadãos em geral e em particular nos gestores dos sistemas de abastecimento de água, quanto à importância do uso eficiente da água;</p> <p>3. Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimentos e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à formação;</p> <p>4. Eliminar os desperdícios de água e reduzir a níveis aceitáveis as perdas de água nos sistemas, dando prioridade para os que são potencialmente mais significativos (sistemas de natureza pública e/ou coletiva).</p> <p>5. Promover iniciativas concretas com base em parcerias entre entidades públicas e/ou privadas.</p>	<p>adequação de procedimentos na rega por gravidade, aspersão e localizada, etc.).</p>
---	--

ENCNB 2030 | Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030

RCM n.º 55/2018, 7 de maio

Visão para 2050: Alcançar o bom estado de conservação do património natural até 2050, assente na progressiva apropriação do desígnio da biodiversidade pela sociedade, por via do reconhecimento do seu valor, para o desenvolvimento do país e na prossecução de modelos de gestão mais próximos de quem está no território.

Ambição:

- A descarbonização da economia, tendo em vista a convergência com o propósito de combate às alterações climáticas e redução do seu efeito a nível global;
- A economia circular, promovendo a maior eficiência dos processos produtivos e de consumo, reduzindo a utilização de recursos naturais e o seu desperdício nos processos de consumo;
- A valorização do território, adotando modelos de desenvolvimento que se diferenciem pela combinação de características singulares que o país apresenta e que são a sua marca única e intransponível.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
Eixos Estratégicos:	
<p>Eixo 1 - Melhorar o estado de conservação do património natural</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC); - Proteção e recuperação de espécies e <i>habitats</i>; - Conservação da diversidade genética animal e vegetal; - Quadro legal de conservação da natureza e da biodiversidade; - Investigação e inovação; - Monitorização do património natural - Visibilidade do valor do património natural; - Cooperação internacional. 	<p>1.1 Consolidar o SNAC e promover a sua gestão partilhada;</p> <p>1.2 Assegurar que as espécies (flora e fauna) e os habitats protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional;</p> <p>1.3 (...)</p>

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

ENCNB 2030 | Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030

RCM n.º 55/2018, 7 de maio

Eixo 2 - Promover o reconhecimento do valor do património natural

- Valorização e remuneração dos serviços dos ecossistemas;
- Instrumentos ao nível da fiscalidade verde.

2.1. (...)

Eixo 3 - Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade

- Agricultura;

"(...) É inegável o efeito que as transformações do solo agrícola e das práticas agrícolas têm nos ecossistemas, consequentemente no equilíbrio das espécies. A atividade agrícola constitui um dos pilares fundamentais para a conservação da natureza. É, por isso, essencial que as políticas públicas no domínio da agricultura ponderem, a nível estratégico, a conservação dos solos, bem como o impacto sobre a biodiversidade, sendo algumas das espécies muito relevantes para o próprio sucesso da economia agrícola."

- Floresta;
- Mar;
- Águas interiores e sistemas fluviais;
- Energia e indústria extrativa;
- Turismo;
- Utilização de recursos genéticos;
- Infraestruturas de transporte e de comunicações;
- Empresas e património natural;
- Instrumentos de planeamento e Avaliação Ambiental de propostas e projetos de desenvolvimento

3.1. Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade;

(...)

3.13. Garantir a integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos de ordenamento, estratégias, planos e programas, assegurando a coerência de aplicação de regimes nas áreas classificadas e sua conectividade;

(...)

ENAC 2020 (2025) | Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020, prorrogado até 2025

RCM n.º 56/2015, de 30 de julho, prorrogado até 2025 pela RCM n.º 53/2020, de 10 de julho

Visão: Um país adaptado aos efeitos das alterações climáticas, através da contínua implementação de soluções baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
<p>I. Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas;</p> <p>II. Implementar medidas de adaptação;</p> <p>III. Promover a integração da adaptação em políticas setoriais.</p>	<p>Setores:</p> <p>a) Agricultura: Salvar a capacidade de os espaços agrícolas proporcionarem os múltiplos bens e serviços que contribuem para o desenvolvimento sustentável do país, reduzindo a vulnerabilidade às alterações climáticas.</p> <p>b) Biodiversidade: Aumento da resiliência dos ecossistemas, o controlo de espécies invasoras e a manutenção do valor económico e ambiental dos ecossistemas.</p> <p>c) Economia (indústria, turismo e serviços): Ponderação de estratégias que incorporem as medidas de mitigação e</p>

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

ENAAAC 2020 (2025) | Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020, prorrogado até 2025

RCM n.º 56/2015, de 30 de julho, prorrogado até 2025 pela RCM n.º 53/2020, de 10 de julho

	<p>adaptação mais adequadas, como mecanismos de resposta a este desafio.</p> <p>d) Energia e segurança energética:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Gestão de recursos hídricos, a nível da sua caracterização, disponibilidade e restrições ao uso; ii) Gestão das vias de transporte e instalações portuárias, a nível do seu planeamento e respetiva adaptação; iii) Gestão da emergência, a nível dos planos de emergência e contingência. <p>e) Florestas:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Manutenção da capacidade em proporcionar de forma sustentável um conjunto amplo de bens e serviços, reduzindo a vulnerabilidade das florestas e da sociedade, reduzido os riscos e aumentando a sua capacidade de adaptação. ii) Aumento do conhecimento relativo às alterações climáticas, monitorização e avaliação dos seus impactes acompanhado de uma atuação sobre os sistemas florestais que vise a redução dos riscos e aumente a sua resiliência. <p>f) Saúde humana: Adaptação o mais cedo possível para prevenir e diminuir a extensão dos efeitos sobre a população das alterações climáticas e os efeitos expectáveis na distribuição e prevalência das doenças em Portugal.</p> <p>g) Segurança de pessoas e bens:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) No planeamento de emergência: avaliação de riscos e vulnerabilidades para divulgação e capacitação dos agentes e população sobre os efeitos das alterações climáticas; integração da adaptação a alterações climáticas nos planos de emergência de proteção civil e nos instrumentos de ordenamento territorial; e identificação de boas práticas. ii) Na resposta à emergência: redimensionamento das estruturas, meios e recursos; formação das equipas de intervenção; e identificação de boas práticas. <p>h) Transportes e comunicações: Criar medidas preventivas e de planeamento de ações de emergência em situações de eventos meteorológicos extremos, que permitam manter em operação os serviços de transporte de pessoas e de mercadorias e também as telecomunicações, essenciais para o desenvolvimento das operações de socorro e proteção.</p> <p>i) Zonas costeiras e mar: Implementar medidas de proteção costeira, mitigando os efeitos da erosão e da subida do nível do mar, protegendo as comunidades costeiras e os ecossistemas.</p>
--	--

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

P-3AC | Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas

RCM n.º 130/2019, de 2 de agosto

O Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas complementa e sistematiza os trabalhos realizados no contexto da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020), tendo em vista o seu segundo objetivo, o de implementar as medidas de adaptação.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
1. Prevenção de incêndios rurais - intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir biomassa combustível; • Reduzir a velocidade de propagação de incêndios; • Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios; • Garantir a segurança de pessoas e bens.
2. Implementação de técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do solo	<ul style="list-style-type: none"> • Minimizar a erosão dos solos; • Aumentar os teores de matéria orgânica no solo; • Melhorar a capacidade de retenção de água do solo; • Reduzir escoamento originado por eventos de precipitação extrema; • Aumentar a biodiversidade nos solos; • Diminuir a vulnerabilidade dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas; • Aumentar a resiliência dos ecossistemas das áreas suscetíveis; • Recuperar áreas de solos e vegetação degradados, prioritariamente nas áreas mais suscetíveis à desertificação, (...).
3. Implementação de boas práticas de gestão de água na agricultura, na indústria e no setor urbano para prevenção dos impactos decorrentes de fenómenos de seca e escassez	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o consumo de água nos vários setores; • Incrementar a eficiência hídrica nos vários setores; • Melhorar a resiliência e produtividade das espécies e variedades; • Aumentar a resiliência das infraestruturas de abastecimento de água (agrícola, industrial, turístico, doméstico). <p>Medidas de concretização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adoção de boas práticas de gestão de água na agricultura com vista à redução do consumo: <ul style="list-style-type: none"> - Práticas de regadio promotoras do uso mais eficiente e sustentável do recurso água [instalação de sistemas de rega por aspersão, localizada (micro aspersão, gota-a-gota) e instalação de contadores nas captações] e do recurso energia - Melhoria dos sistemas de monitorização das necessidades efetivas de água das culturas ao longo dos ciclos de crescimento - Remodelação das infraestruturas de rega para diminuição das perdas, otimização da capacidade de armazenamento de água e de rega, reabilitação e modernização das infraestruturas existentes (permitindo reduzir as perdas por evaporação e

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

P-3AC | Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas

RCM n.º 130/2019, de 2 de agosto

	<p>proporcionando condições mais favoráveis à gestão e implementação de métodos e sistemas de rega mais eficientes);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização de águas pluviais e reutilização de águas residuais tratadas na agricultura; - Instalação de espécies e variedades melhor adaptadas às mudanças no clima e aos eventos extremos: <ul style="list-style-type: none"> o Reconversão de culturas para espécies, variedades e cultivares menos exigentes em água (adequar as culturas e variedades às disponibilidades hídricas, privilegiar a instalação de espécies com elevada produtividade da água e resistentes ao stress hídrico)
4. Aumento da resiliência dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> • Manter ou recuperar galerias ripícolas; • Minimizar os efeitos de barreira e diminuir os obstáculos na rede hidrográfica; • Implementar os regimes de caudais ambientais; • Conservar e gerir sistemas de charcos temporários; • Fomentar a criação de refúgios e corredores ecológicos para espécies vulneráveis da fauna; • Assegurar os níveis freáticos dos aquíferos em áreas onde existem ecossistemas dependentes de águas subterrâneas; • Monitorizar e gerir os ecossistemas estuarinos lagunares e marinhos de modo a assegurar atividades de pesca e aquicultura sustentáveis e o seu bom funcionamento.
5. Redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima	<ul style="list-style-type: none"> • Regular a temperatura em espaços urbanos; • Minimizar os efeitos negativos do calor intenso na saúde das populações em geral e dos grupos de risco em particular
6. Prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas invasoras, de doenças transmitidas por vetores e de doenças e pragas agrícolas e florestais	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar os vetores potencialmente transmissores de doenças com impacto na saúde pública para implementação de planos de contingência; • Controlar e erradicar espécies exóticas invasoras; • Controlar pragas e doenças emergentes em sistemas agrícolas e florestais; • Recuperar espécies e habitats afetados por espécies exóticas invasoras.
7. Redução ou minimização dos riscos associados a fenómenos de cheias e de inundações	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o risco de cheias ou inundações fluviais e urbanas; • Aumentar a resiliência das infraestruturas; • Concretizar os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações.

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

P-3AC | Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas

RCM n.º 130/2019, de 2 de agosto

8. Aumento da resiliência e proteção costeira em zonas de risco elevado de erosão e de galgamento e inundação	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o risco de cheias ou inundações costeiras; • Garantir um litoral mais resiliente a fenómenos de erosão, galgamento e inundação costeira em particular em áreas edificadas e/ou núcleos urbanos; • Garantir a reposição sedimentar, incluindo as operações de alimentação artificial de elevada magnitude e a operacionalização dos processos que promovam o restabelecimento natural do trânsito sedimentar a partir das bacias hidrográficas; • Manter ou recuperar zonas de transição naturais entre ecossistemas costeiros e terrestres.
9. Desenvolvimento de ferramentas de suporte à decisão, de ações de capacitação e sensibilização	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas; • Sistematizar informação e facilitar o seu acesso; • Sensibilizar, mobilizar e consciencializar cidadãos, comunidades, decisores políticos, técnicos da administração (central, regional e local) e <i>stakeholders</i>; • Capacitar agentes-chave públicos e privados para a gestão adaptativa; • Demonstrar e monitorizar os impactos às alterações climáticas.

Metas 2030:

- Eficiência no uso da água no consumo agrícola - 80%;
- Área infraestruturada de regadio que dispõe de tecnologias de precisão que promovem uso eficiente da água - 50%;

RNC 2050 | Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050

RCM n.º 107/2019, de 1 de julho

O cumprimento do objetivo de neutralidade carbónica em 2050 assenta numa visão estratégica que visa promover a descarbonização da economia e a transição energética visando a neutralidade carbónica em 2050, enquanto oportunidade para o país, assente num modelo democrático e justo de coesão territorial que potencie a geração de riqueza e o uso eficiente de recursos.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
<p>➤ Redução de emissões entre 85% e 90% até 2050, face a 2005, e numa compensação das restantes emissões através do sumidouro proporcionado pelas florestas e outros usos do solo.</p> <p>i) Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar;</p> <p>ii) Identificar vetores de descarbonização e linhas de atuação subjacentes a trajetórias para a neutralidade carbónica em 2050;</p>	<p>Vetores de descarbonização e linhas de atuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • (...) • Apostar numa agricultura sustentável, através da expansão significativa da agricultura de conservação e da agricultura de precisão, reduzindo substancialmente as emissões associadas à pecuária e ao uso de fertilizantes e promovendo a inovação; • Fomentar o sequestro de carbono através de uma gestão agrícola e florestal ativa, promovendo a valorização do território;

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

RNC 2050 | Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050

RCM n.º 107/2019, de 1 de julho

- iii) Contribuir para a resiliência e para a capacidade nacional de adaptação às vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas;
- iv) Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento em áreas-chave para a concretização do objetivo da neutralidade carbónica;
- v) Garantir condições de financiamento e aumentar os níveis de investimento;
- vi) Assegurar uma transição justa e coesa que contribua para a valorização do território;
- vii) Garantir condições eficazes de acompanhamento do progresso alcançado rumo ao objetivo da neutralidade carbónica (governança) e assegurar a integração dos objetivos de neutralidade carbónica nos domínios setoriais;
- viii) Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, apostando na educação, informação e sensibilização, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva.

- (...)

“Redução de emissões na produção vegetal e solos com agricultura

Para a redução de emissões na produção vegetal e solos com agricultura (uso de fertilizantes, matéria orgânica em solos com agricultura) contribuirão fundamentalmente alterações na área agrícola total e na área das diferentes culturas, a substituição de fertilização mineral por fertilização orgânica, a redução das quantidades totais de fertilizantes utilizados e o aumento do teor de matéria orgânica dos solos com agricultura.

As alterações na área agrícola total e na área das diferentes culturas, serão principalmente decorrentes da abertura dos mercados agrícolas a países fora da UE, com consequências na produção das culturas onde o país tem mais vantagens competitivas, como sejam as culturas hortícolas, frutos secos e frescos e olival.

A substituição de fertilização mineral por fertilização orgânica aumentará a utilização de composto proveniente de resíduos pecuários e/ou de resíduos orgânicos de outras fontes (ex. agroindústrias). A substituição por fertilizantes orgânicos, nomeadamente compostagem deverá atingir 180.000 ha em 2050. Por outro lado, é também estimada a redução das quantidades totais de fertilizantes usados por unidade de área, através da expansão e desenvolvimento de técnicas de agricultura de precisão, totalizando 300.000 ha em 2050, o que levará a uma redução de 58% de utilização do azoto sintético face a 2005.

Por fim, será necessário garantir o aumento do teor de matéria orgânica dos solos com agricultura e consequente aumento da capacidade de sequestro, nomeadamente através do aumento da área sob agricultura de conservação (ou regenerativa), atingindo 180.000 ha em 2050, e do aumento da área sob agricultura biológica e/ou substituição de fertilização mineral por fertilização orgânica.

O conjunto destas medidas levará a reduções totais de -177 ktCO₂ e em 2030, -331 ktCO₂e em 2040 e -639 ktCO₂e em 2050”.

PNEC 2030 | Plano Nacional de Energia e Clima 2030

RCM n.º 53/2020, de 10 de julho

Visão estratégica: Promover a descarbonização da economia e a transição energética visando a neutralidade carbónica em 2050, enquanto oportunidade para o país, assente num modelo democrático e justo de coesão territorial que potencie a geração de riqueza e uso eficiente de recursos.

Objetivos e Metas Gerais

Objetivos e Metas Específicas

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

PNEC 2030 Plano Nacional de Energia e Clima 2030 RCM n.º 53/2020, de 10 de julho	
1. Descarbonizar a economia nacional	1.1. Promover a descarbonização do setor electroprodutor; 1.2. Prosseguir com aplicação do regime Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE); 1.3. Reduzir a intensidade carbónica do parque de edifícios; 1.4. Reduzir a produção de resíduos e a sua deposição direta em aterro e promover as fileiras de reciclagem; 1.5. Descarbonizar a administração pública; 1.6. Descarbonizar as cidades; 1.7. Prosseguir com a fiscalidade verde; 1.8. Promover a transição para uma economia circular; 1.9. Promover projetos de I&D que constituam suporte à transição para uma economia neutra em carbono.
2. Dar prioridade à eficiência energética	2.1. Promover a renovação energética do parque imobiliário e os edifícios NZEB; 2.2. Promover equipamentos mais eficientes; 2.3. Assegurar a melhoria da gestão do consumo de energia nos diversos setores da economia nacional; 2.4. Promover a eficiência energética na iluminação pública; 2.5. Promover a formação profissional para o setor da eficiência energética; 2.6. Incentivar I&D&I no domínio da eficiência energética.
3. Reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética do país	3.1. Acelerar a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis de energia; 3.2. Promover a disseminação da produção distribuída e o autoconsumo de energia e as comunidades de energia; 3.3. Promover a utilização eficiente de energias renováveis nos sistemas de aquecimento e arrefecimento; 3.4. Otimizar e simplificar o processo de licenciamento associado a centros electroprodutores renováveis; 3.5. Promover o adequado planeamento das redes de transporte e distribuição para reforçar a integração de nova capacidade renovável; 3.6. Promover a produção e consumo de gases renováveis; 3.7. Fomentar um melhor aproveitamento da biomassa para usos energéticos; 3.8. Incentivar I&D&I em energias renováveis, armazenamento, hidrogénio, biocombustíveis avançados e outros combustíveis 100% renováveis.
4. Garantir a segurança de abastecimento	4.1. Promover os sistemas de armazenamento; 4.2. Promover o desenvolvimento das interligações; 4.3. Promover a introdução de novos instrumentos de gestão do sistema elétrico nacional; 4.4. Promover a digitalização do sistema energético.

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

PNEC 2030 | Plano Nacional de Energia e Clima 2030

RCM n.º 53/2020, de 10 de julho

<p>5. Promover a mobilidade sustentável</p>	<p>5.1. Promover as transferências modais para o transporte público;</p> <p>5.2. Estimular a transição energética do setor dos transportes</p> <p>5.3. Promover e apoiar a mobilidade elétrica;</p> <p>5.4. Promover os serviços de partilha de veículos;</p> <p>5.5. Promover a produção e o consumo de combustíveis renováveis alternativos;</p> <p>5.6. Promover infraestruturas de abastecimento de combustíveis alternativos no que respeita a combustíveis limpos;</p> <p>5.7. Promover a mobilidade ativa e comportamentos mais eficientes.</p>
<p>6. Promover uma agricultura e floresta sustentáveis e potenciar o sequestro de carbono</p>	<p>6.1. Promover a produção e utilização de fontes de energia renovável nos setores agrícola e florestal;</p> <p>6.2. Promover descarbonização da atividade pecuária;</p> <p>6.3. Reduzir o consumo de fertilizantes azotados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 6.3.1 Adoção do Código de Boas Práticas Agrícolas; - 6.3.2 Melhorar a eficiência na aplicação de fertilizantes no solo. <p>6.4. Adotar práticas agrícolas e florestais mais eficientes em energia e água;</p> <p>6.5. Aumentar a capacidade de sumidouro natural da agricultura e floresta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 6.5.3 Conservar, restaurar e melhorar os solos agrícolas e florestais e prevenir a erosão. <p>6.6. Promover uma gestão mais efetiva do sistema agroflorestal com redução da área ardida e do impacto de agentes bióticos;</p> <p>6.7. Incentivar o papel da bioeconomia;</p> <p>6.8. Promover projetos de I&D que constituam suporte a uma gestão agroflorestal sustentável.</p>
<p>7. Desenvolver uma indústria inovadora e competitiva</p>	<p>7.1. Promover a descarbonização da indústria;</p> <p>7.2. Promover a eficiência energética e de recursos;</p> <p>7.3. Fomentar a ecoinovação e os processos de produção mais limpos, promover a digitalização da indústria (indústria 4.0);</p> <p>7.4. Promover a economia circular na indústria;</p> <p>7.5. Promover projetos de I&D que constituam suporte a uma indústria inovadora e competitiva e de baixo carbono.</p>

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

PNEC 2030 | Plano Nacional de Energia e Clima 2030

RCM n.º 53/2020, de 10 de julho

8. Garantir uma transição justa, democrática e coesa

- 8.1. Assegurar a transição justa;
- 8.2. Combater a pobreza energética e aperfeiçoar os instrumentos de proteção a clientes vulneráveis;
- 8.3. Aprofundar o conhecimento em matéria de mitigação das alterações climáticas, divulgar boas práticas e dinamizar comportamentos de baixo carbono na sociedade;
- 8.4. Promover a informação aos consumidores e empresas contribuindo para uma melhor literacia energética e simplificar a interação com o mercado;
- 8.5. Promover plataformas de diálogo para o desenvolvimento sustentável e alavancar a capacidade de intervenção a nível nacional e local.

Metas nacionais setoriais de redução de emissões de CO₂ face a 2005:

Setores	2020	2030
Serviços	-65%	-70%
Residencial	-14%	-35%
Transportes	-14%	-40%
Agricultura	-8%	-11%
Resíduos e Águas residuais	-14%	-30%

PANCD 2014-2020 | Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014-2020

RCM n.º 78/2014, de 24 de dezembro

Visão: Criação de uma parceria nacional para prevenir e reverter a desertificação/degradação das terras e para mitigar os efeitos da seca nas áreas afetadas no território nacional, parceria que deverá também ser estendida às regiões e países com quem temos relações privilegiadas e condições comuns, a fim de apoiar a redução da pobreza e a sustentabilidade ambiental.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
<p>1. Promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Qualificar e valorizar os territórios; 1.2. Promover a capacitação e a diversificação económica; 1.3. Promover o reconhecimento e a valorização dos serviços ambientais prestados pelos espaços e comunidades rurais; 1.4. Diferenciar positivamente os projetos e intervenções rurais nas áreas suscetíveis; 1.5. Apoiar e promover a defesa das populações contra os efeitos de fenómenos meteorológicos extremos. 	<p>2.2. Promover a capacitação e a diversificação económica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 2.2.1. Promover a multifuncionalidade dos espaços rurais; 2.2.2. Diversificar atividades nas explorações agrícolas e florestais, potenciando a utilização dos recursos associados; 2.2.3. Conferir dimensão e escala às unidades de gestão que apostem na multifuncionalidade; 2.2.4. Promover a exploração sustentável do regadio, incluindo a retoma das áreas de regadio abandonadas e a modernização dos aproveitamentos hidroagrícolas em exploração;

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

PANCD 2014-2020 | Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014-2020

RCM n.º 78/2014, de 24 de dezembro

	<p>2.2.5. Incentivar e valorizar os regimes e a certificação dos produtos de qualidade;</p> <p>2.2.6. Criar e desenvolver microempresas;</p> <p>2.2.7. Promover o turismo rural sustentável e o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer de qualidade;</p> <p>2.2.8. Identificar, avaliar e promover incentivos específicos para a atração e fixação de população qualificada, incluindo «neorrurais».</p>
<p>2. Promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas</p> <p>2.1. Conservar e promover os montados e outros sistemas agroflorestais mediterrânicos e macaronésicos;</p> <p>2.2. Promover, conservar e gerir adequadamente as outras florestas e os matagais mediterrânicos e macaronésicos;</p> <p>2.3. Conservar e promover os sistemas de produção agrícola mediterrânicos com adequação às especificidades regionais;</p> <p>2.4. Controlar e recuperar áreas degradadas.</p>	<p>2.3. Conservar e promover os sistemas de produção agrícola mediterrânicos com adequação às especificidades regionais</p> <p>2.3.1. Fomentar os modos de produção sustentável (e. g., a agricultura biológica, a produção integrada e o pastoreio extensivo);</p> <p>2.3.2. Promover as pastagens mediterrânicas melhoradas;</p> <p>2.3.3. Adotar e promover as boas práticas agrícolas e pastoris, designadamente as de conservação do solo e uso eficiente da água nas culturas anuais e permanentes (olivais, vinhas e pomares mediterrânicos), incluindo o desenvolvimento de sistemas de aconselhamento agrícola e florestal;</p> <p>2.3.4. Promover a utilização de raças pecuárias autóctones.</p> <p>2.4. Controlar e recuperar áreas degradadas</p> <p>2.4.1. Incentivar e apoiar o restauro e a requalificação ambiental e paisagística das áreas afetadas (...)</p> <p>2.4.2. Aumentar a resiliência dos ecossistemas das áreas suscetíveis através de intervenções visando a conservação do solo e da água:</p> <p>(i) nas cabeceiras das bacias hidrográficas,</p> <p>(ii) nas encostas mais declivosas e propensas à erosão</p> <p>(ii) na envolvimento dos cursos e linhas de água de regime torrencial;</p> <p>2.4.3. Promover a recuperação de áreas de regadio com infraestruturas degradadas;</p> <p>2.4.4. Proceder à revisão da rede de áreas-piloto de combate à desertificação (APCD) do PANCD e do seu regime, considerando que elas devem corresponder a unidades administrativas prioritárias para intervenções neste âmbito;</p> <p>2.4.5. Instituir e desenvolver a rede nacional de centros temáticos de referência no combate à desertificação (CTCD), como unidades de</p>

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

PANCD 2014-2020 | Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014-2020

RCM n.º 78/2014, de 24 de dezembro

	gestão destinadas a estudo, demonstração e extensão de intervenções e boas práticas neste âmbito.
<p>3. Gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis</p> <p>3.1. Proteger e conservar o solo</p> <p>3.2. Promover o aproveitamento e a gestão sustentável da água</p> <p>3.3. Conservar e promover a biodiversidade das zonas áridas e sub-húmidas secas</p> <p>3.4. Promover a mitigação e a adaptação às alterações climáticas</p>	<p>3.1. Proteger e conservar o solo</p> <p>3.1.1. Promover e valorizar os modos de produção sustentáveis e a certificação da gestão que tenham em conta a proteção dos solos, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) a produção integrada, a agricultura biológica e o pastoreio extensivo; (ii) a aplicação das normas da condicionalidade, de compromissos específicos agrossilvoambientais e das restrições em zonas vulneráveis a nitratos e; (iii) manutenção da matéria orgânica no solo, designadamente através de rotações adequadas; <p>3.1.2. Promover uma Estratégia Nacional de Proteção do Solo na linha da Estratégia Temática da UE, que inclua:</p> <p>3.1.3. Promover a valorização dos efluentes pecuários, de lamas de depuração e de subprodutos de agroindústrias como matérias fertilizantes;</p> <p>3.1.4. Condicionar e controlar os apoios financeiros de projetos à agricultura pela adoção de práticas relevantes para o combate a DDTs, que devem ser diferenciadas por subsectores e por regiões.</p> <p>3.2. Promover o aproveitamento e a gestão sustentável da água</p> <p>3.2.1. Minimizar os impactes qualitativos e quantitativos sobre a água;</p> <p>3.2.2. Promover o uso eficiente da água;</p> <p>3.2.3. Promover a utilização de fontes não convencionais de água, incluindo a melhoria das capacidades de captação das águas pluviais e sua qualificação, a promoção da reutilização de águas residuais e o recurso a novas origens que não comprometam a qualidade das massas de água (e. g., salinização e sobre-exploração dos aquíferos);</p> <p>3.2.4. Desenvolver a sustentabilidade dos regadios (públicos e privados), incluindo redução de perdas nos sistemas e promoção de métodos de utilização mais eficientes;</p>

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

PANCD 2014-2020 | Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014-2020

RCM n.º 78/2014, de 24 de dezembro

	<p>3.2.5. Prevenir e mitigar os efeitos da seca, com desenvolvimento e aplicação do Sistema de Previsão e Gestão de Secas e prevenção da escassez de água;</p> <p>3.2.6. Promover a conservação do regime hídrico nas áreas das cabeceiras das bacias hidrográficas.</p> <p>3.4. Promover a mitigação e a adaptação às alterações climáticas</p> <p>3.4.1. Promover a mitigação, incluindo:</p> <p>(i) atividades que contribuam para reduzir emissões e aumentar sumidouros (e. g., gestão dos efluentes da pecuária através da valorização energética; aumento do sequestro de carbono no solo agrícola, por sementeira direta e instalação de pastagens permanentes biodiversas; aumento do sequestro de carbono da floresta através da melhoria da gestão florestal e da florestação de novas áreas);</p> <p>(ii) conhecer e reduzir as emissões ou promover o sequestro de cada atividade de âmbito rural;</p> <p>(iii) conhecer e desenvolver as tecnologias, as práticas e os processos que permitam reduzir emissões ou aumentar o sequestro;</p> <p>3.4.2. Promover a adaptação, incluindo o desenvolvimento de atividades que melhorem a resiliência dos sistemas agrícolas e florestais, designadamente o conhecimento:</p> <p>(i) das espécies e cultivos adaptados;</p> <p>(ii) da relação entre as atividades e a sua exposição a efeitos climáticos;</p> <p>(iii) das tecnologias, práticas e processos que aumentem a resiliência, bem como a respetiva aplicação.</p> <p>3.4.3. Avaliar os impactes na DDTs das medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas.</p>
<p>4. Promover e mobilizar recursos para aplicar a CNUCD e o PANCD</p>	<p>-</p>

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

PPMCSS | Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca

Aprovado a 19 de julho de 2017, na primeira reunião da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca criada pela RCM n.º 80/2017, de 7 junho

O Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca, tem como objetivos uniformizar conceitos, harmonizar procedimentos de atuação, definir limiares de alerta de seca agrometeorológica e de seca hidrológica e medidas associadas, bem como clarificar as entidades responsáveis em cada nível de atuação. O Plano é desenvolvido em três níveis: prevenção, monitorização e contingência.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
<p>1. Prevenção: sintetização dos planos estratégicos existentes e apresentação de algumas recomendações para o futuro;</p> <p>Medidas</p> <ul style="list-style-type: none"> A preparação e previsão de medidas de gestão para períodos de seca como medida preventiva; Regularização do ciclo hidrológico, promovendo a infiltração e a recarga dos aquíferos e o armazenamento superficial; Planeamento agrícola dos perímetros regados, tendo em conta o tipo de culturas e a sazonalidade da precipitação, face às necessidades hídricas; <p><i>“(…) evitando-se situações de dependência de uma área demasiado extensa de pomares, e que no seu planeamento a longo prazo tenha em conta o tipo de culturas, face ao tipo de solo e ao clima, a utilização de métodos de rega mais eficientes, a diminuição de perdas de água nos sistemas de distribuição da rega e a adequação das quantidades de rega às necessidades hídricas das culturas”.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Planeamento ao nível da exploração agrícola, com a responsabilização do próprio agricultor na orientação e gestão da sua atividade, designadamente na adoção de boas práticas de uso eficiente da água e a disponibilização de reservas mínimas adequadas para garantir a alimentação e abeberamento do efetivo pecuário por um determinado período de tempo; Em resposta à ameaça de seca, constituição de uma reserva de fundos para promover, entre outros, a execução de furos de emergência. 	<p>Medidas Estruturais</p> <ul style="list-style-type: none"> Ações de regularização do ciclo hidrológico: <ul style="list-style-type: none"> Florestação; Medidas de conservação do solo e da água. Identificação de zonas com escassez de água (seca estrutural) e medidas de aumento da oferta (construção de reservas de água); Reutilização de águas residuais tratadas para rega; Combate às captações ilegais de água; Redução das roturas e fugas de água nos sistemas de distribuição urbanos e de rega; Investigação e seleção de dispositivos, técnicas e produtos visando reduzir as perdas de água por evaporação. <p>Medidas Não Estruturais</p> <ul style="list-style-type: none"> Definição clara do(s) estado(s) de seca; Elaboração de planos de contingência; Promoção de campanhas de sensibilização para o uso responsável da água em zonas urbanas; Acautelar um equilíbrio de culturas permanentes e temporárias em função dos recursos dos aproveitamentos hidroagrícolas; Alocação de fundos para: <ul style="list-style-type: none"> (i) execução de furos de captação em anos de seca; (ii) trabalhos de manutenção de furos de reserva. Apoio para a constituição de seguros agrícolas de seca.
<p>2. Monitorização: descrição dos meios existentes de monitorização dos fatores meteorológicos e humidade do solo, das atividades agrícolas, dos recursos hídricos;</p>	-
<p>3. Contingência: definição de indicadores e níveis a partir dos quais se deve declarar uma situação de seca e quais as entidades responsáveis pela sua declaração; definição de níveis de intervenção, articulação e responsabilização da Administração Pública em situações de emergência, incluindo a entidade que detém a competência de mobilização institucional perante uma situação de seca.</p>	<p>Planos de contingência</p> <p><i>“Os aproveitamentos hidroagrícolas do Grupo I (interesse nacional), II (interesse regional) e III (interesse local com elevado impacte coletivo) deverão proceder à elaboração de um Plano de Contingência, dado que, por norma, envolvem uma extensão muito significativa de área regada e um elevado número de agricultores.”</i></p>

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

PEPAC Plano Estratégico da Política Agrícola Comum 2023-2027 Disponível no site do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP): https://www.gpp.pt	
A articulação coerente dos diferentes tipos de intervenções disponíveis, em ambos os pilares da PAC, permitirá promover a Visão associada ao PEPAC Portugal : «Uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável»	
Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
Modernização do setor agrícola através da promoção e da partilha de conhecimentos, da inovação e da digitalização.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a União, de modo a reforçar a segurança alimentar; 2. Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização; 3. Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor; 4. Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, bem como para a energia sustentável; 5. Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens; 6. Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas nas zonas rurais; 7. Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável; 8. Melhorar a resposta dada pela agricultura europeia às exigências da sociedade no domínio alimentar e da saúde, nomeadamente no que respeita à oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis, aos resíduos alimentares e ao bem-estar dos animais.
Eixo A – Rendimento e sustentabilidade	Domínio A.1 – Rendimento e resiliência
	Domínio A.2 – Equidade
	Domínio A.3 – Sustentabilidade
Eixo B – Abordagem setorial integrada	Domínio B.1 – Programa nacional para apoio ao setor da fruta e dos produtos hortícolas
	Domínio B.2 – Programa Nacional para Apoio ao Setor da Apicultura
	Domínio B.3 – Programa Nacional para Apoio ao Setor da Vitivinicultura
Eixo C – Desenvolvimento rural (Continente)	Domínio C.1 – Gestão ambiental e climática
	C.1.1 - Compromissos Agroambientais e Clima
	C.1.1.1 - Uso eficiente dos Recursos Naturais
	C.1.1.2 - Manutenção de sistemas extensivos com valor ambiental ou paisagístico
	C.1.1.3 - Mosaico Agroflorestal

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

PEPAC | Plano Estratégico da Política Agrícola Comum 2023-2027

Disponível no site do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP): <https://www.gpp.pt>

	<p>C.1.1.4 - Manutenção de Raças Autóctones</p> <p>C.1.1.5 - Conservação e melhoramento de recursos genéticos</p> <p>C.1.2 - Manutenção da atividade agrícola em zonas com condicionantes</p> <p>C.1.2.1 - Apoio às zonas com condicionantes naturais</p> <p>C.1.2.2 - Pagamento Rede Natura</p>
	Domínio C.2 – Investimento e rejuvenescimento
	Domínio C.3 – Sustentabilidade das zonas rurais
	Domínio C.4 – Risco e organização da produção
	Domínio C.5 – Conhecimento
Eixo D – Abordagem territorial integrada	<p>Domínio D.1 – Desenvolvimento local de base comunitária</p> <p>Domínio D.2 – Programas de ação em áreas sensíveis</p> <p>Domínio D.3 – Regadios coletivos sustentáveis</p> <p>D.3.1 - Desenvolvimento do regadio sustentável</p> <p>D.3.2 - Melhoria da sustentabilidade dos regadios existentes</p>
Eixo E – desenvolvimento rural (R.A. Açores)	-

AIA 2020-2030 | Agenda para a Inovação na Agricultura 2020-2030

Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020, de 13 de outubro de 2020

Eixos Estratégicos	Principais Objetivos dos Eixos Estratégicos
I.1. Promoção da Dieta Mediterrânica e de uma alimentação equilibrada, diversificada e sustentável	<p>Alimentação sustentável</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fomentar o consumo dos produtos nacionais, regionais e locais e garantir a sua autenticidade, em equilíbrio com os princípios da Dieta Mediterrânica. 2. Promover e valorizar os produtos endógenos, os produtos de qualidade certificada e a Dieta Mediterrânica. 3. Educar para uma alimentação saudável e sustentável. 4. Combater o desperdício alimentar.
I.2. Promoção da saúde animal e da sanidade vegetal	<p>Uma Só Saúde</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reduzir a incidência de doenças das plantas e dos animais com impacto na saúde e bem-estar da população humana e no ambiente. 2. Impulsionar a adaptação da produção animal e vegetal às ameaças emergentes. 3. Promover a educação para uma só saúde. 4. Reduzir a emergência à resistência a antimicrobianos.
II.1. Combate às alterações climáticas	Mitigação das alterações climáticas

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

AIA 2020-2030 Agenda para a Inovação na Agricultura 2020-2030	
Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020, de 13 de outubro de 2020	
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reduzir as emissões de GEE pela pecuária e práticas agrícolas. 2. Incrementar o sequestro de carbono nos solos. <p>Adaptação às alterações climáticas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Preservar e melhorar o potencial produtivo dos solos, melhorar a gestão do risco e combater a desertificação. 2. Reforçar a disponibilidade de água para a agricultura, garantindo a sua utilização sustentável. 3. Aumentar a resiliência dos ecossistemas agrícolas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas. 4. Aumentar o conhecimento sobre a atividade agrícola, os impactos potenciais e cumulativos, a capacidade de resposta e implementar medidas de adaptação.
II.2. Valorização e gestão sustentável dos recursos naturais e genéticos	<p>Agricultura circular</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reduzir a pressão da atividade agrícola na utilização dos recursos naturais. 2. Reduzir os custos de eliminação, transformando subprodutos em benefícios. 3. Desenvolver novos produtos, processos e serviços inovadores, de maior valor acrescentado numa abordagem holística de cascata de valor e respeitando os princípios da bioeconomia sustentável. <p>Territórios sustentáveis</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a sustentabilidade da agricultura e da pecuária extensiva. 2. Promover o uso sustentável do solo, água e biodiversidade. 3. Promover os serviços de ecossistemas agrícolas e agroflorestais. 4. Manter e incrementar as áreas de agricultura, nos territórios agroflorestais mais vulneráveis ao risco de incêndios rurais.
II.3. Reforço do tecido socioeconómico dos territórios rurais	<p>Revitalização das zonas rurais</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Promover o rejuvenescimento e o capital social dos territórios rurais. 2. Promover a criação de mais empresas no setor agroalimentar e serviços conexos. 3. Criar mais emprego no setor agroalimentar e serviços conexos.
III.1. Inovação e digitalização da agricultura	<p>Agricultura 4.0</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reforçar a digitalização, de forma abrangente, igualitária e inclusiva. 2. Promover a utilização de tecnologias como <i>Internet of Things</i> (IoT), <i>big data</i> e de inteligência artificial, entre outras. 3. Aumentar a rentabilidade, a resiliência e a sustentabilidade dos sistemas de produção através de uma maior utilização das tecnologias de precisão.

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

AIA 2020-2030 Agenda para a Inovação na Agricultura 2020-2030 Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020, de 13 de outubro de 2020	
III.2. Internacionalização das cadeias de valor	Promoção dos produtos agroalimentares portugueses <ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar a quota de mercado nacional associada ao consumo dos produtos agroalimentares portugueses. 2. Aumentar o valor das exportações agroalimentares portuguesas. 3. Aumentar o valor de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) destinado à cadeia de valor agroalimentar. Excelência da organização da produção <ol style="list-style-type: none"> 1. Concentrar a produção para melhorar a capacidade negocial dos produtores. 2. Fomentar a inovação organizacional. 3. Diversificar os instrumentos de gestão de risco.
III.3. Gestão sustentável da energia	Transição agroenergética <ol style="list-style-type: none"> 1. Incrementar a eficiência energética. 2. Promover as energias renováveis e a produção descentralizada de eletricidade. 3. Reduzir os custos com energia.
IV.1. Dinamização da rede nacional de inovação da agricultura	Promoção da investigação, inovação e capacitação <ol style="list-style-type: none"> 1. Incrementar o investimento em investigação e inovação em agricultura e alimentação. 2. Incrementar os resultados por euro investido (<i>value for money</i>) nas atividades de investigação e inovação. 3. Incrementar o acesso ao conhecimento, aprendizagem e desenvolvimento de competências dos agentes do setor, promovendo o acesso e participação de grupos mais excluídos, designadamente das mulheres. Rede de Inovação <ol style="list-style-type: none"> 1. Reforçar a capacidade de investigação, inovação, formação, demonstração e transferência de conhecimento e tecnologia. 2. Incrementar a capacidade de conservação e valorização dos recursos genéticos nacionais (animais e vegetais). 3. Estimular o empreendedorismo de base rural.
Eixo IV.2 Modernização e simplificação	Portal Único da Agricultura <ol style="list-style-type: none"> 1. Centralizar e facilitar os pontos de contacto do(a) agricultor(a) com o Ministério da Agricultura. 2. Simplificar os processos com a Administração Pública. Reorganiza <ol style="list-style-type: none"> 1. Simplificar procedimentos internos. 2. Promover a comunicação, a partilha e a interoperabilidade entre serviços de administração direta e indireta do estado. 3. Acelerar a transição digital nos organismos do Ministério.
	Metas até 2030:

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

AIA 2020-2030 | Agenda para a Inovação na Agricultura 2020-2030

Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020, de 13 de outubro de 2020

	<ul style="list-style-type: none"> • Mais Saúde: Aumentar, em 20%, o nível de adesão à Dieta Mediterrânica. • Mais Inclusão: Instalar 80% dos novos jovens agricultores nos territórios de baixa densidade. • Mais Rendimentos: Aumentar o valor da produção agroalimentar em 15%. • Mais Futuro: Mais de metade (+50%) da área agrícola em regimes de produção sustentável reconhecidos. • Mais Inovação: Aumentar em 60% o investimento em investigação e desenvolvimento (I&D).
--	---

Âmbito Intermunicipal

PIAAC-LT | Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Lezíria do Tejo

Elaborado pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT)

O PIAAC-LT permite identificar as vulnerabilidades atuais e futuras e indicar as medidas de adaptação/mitigação, tendo em conta as especificidades do território da região e as suas características ao nível geográfico, social e económico. São ainda apresentadas as diversas ações que permitem operacionalizar as medidas de adaptação/mitigação preconizadas para os municípios e para toda a Lezíria do Tejo, onde se apresentam objetivos, custos, indicadores de avaliação, potenciais fontes de financiamento, escalas temporais e territoriais, entre outras informações relevantes para a sua implementação e avaliação.

Eixos Estratégicos	Principais Objetivos dos Eixos Estratégicos
Eixo 1: Promoção do conhecimento e sensibilização para as alterações climáticas.	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização para a problemática das alterações climáticas e necessidade de adaptação; • Aumentar o conhecimento técnico e promover a melhoria das práticas ao nível dos sectores estratégicos na Lezíria do Tejo, como a Agricultura e Florestas.
Eixo 2: Reduzir a vulnerabilidade e melhorar a capacidade de resposta.	<ul style="list-style-type: none"> • Adaptação dos edifícios e espaços públicos, quer seja ao nível estrutural como das fachadas e coberturas verdes, incluindo a inovação tecnológica; • Adaptação do território, nomeadamente ao nível da proteção de zonas declivosas; • Adaptação ao nível das zonas urbanas, nomeadamente dos sistemas de abastecimento e drenagem, incluindo melhoramentos e adaptação da rede, bem como dos espaços verdes; • Outras atuações específicas, que por alguma ordem decorrente da fase de diagnóstico e avaliação de vulnerabilidade se consideram essenciais para uma cabal abrangência do presente plano.
Eixo 3: Promover a gestão integrada das alterações climáticas no município e nos sectores prioritários, nomeadamente água, agricultura, florestas e indústria.	De entre as de Medidas de Ação definidas no PIAAC-LT, inclui-se a Medida v1 - Requalificação dos Ecossistemas Ribeirinhos , que incluem ações de requalificação de linhas de água e de

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

PIAAC-LT | Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Lezíria do Tejo

Elaborado pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT)

	<p>renaturalização de corredores ribeirinhos, com implicação nos cursos de água de concelhos abrangidos pelos AH existentes e propostos, considerados no Estudo, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Santarém: Rio Tejo, Rio Alviela, Rio Maior, Ribeira de Cabanas; - Azambuja: Rio Tejo, Rio Alenquer, Rio Ota, Ribeira do Valverde, Ribeira de Milharia, Ribeira do Judeu/Paúl de Manique, Vala Real de Azambuja; - Cartaxo: Rio Tejo, Ribeira do Cartaxo, Ribeira de Valverde, Canal de Azambuja, Ribeira de Vale de Boi - Golegã: Rio Tejo, Rio Almonda-Azinhaga, Alverca do Campo e dos Queimados-Golegã, Alverca das Moitas-Azinhaga, Alverca de Fernão Leite-Pombalinho, Vala de Ligação de Alverca do Campo ao Paúl de Boquilobo e Nora, Rio Alviela - Rio Maior: Rio Maior, Ribeira de São Gregório - Salvaterra de Magos: Rio Tejo, Ribeira de Muge, Ribeira do Vale do Cavaleiro, Ribeira de Cortes, Ribeira de Marinhas, Ribeira do Vale Silhado - Almeirim: Rio Tejo, Vala Real de Alpiarça, Ribeira de Muge, Vale Virgo - Chamusca: Rio Tejo, Vala Real de Alpiarça, Ribeira de Casal Velho, Ribeira das Fontainhas, Ribeira da Gamelinha - Alpiarça: Rio Tejo, Vala Real de Alpiarça, Albufeira dos Patudos, Vala da Atela, Vala dos Tejeiros <p>Outras Medidas e Projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Medida C1 – Estruturas de retenção de água <ul style="list-style-type: none"> - Açude na Vala Real de Azambuja <p>Esta medida prevê a complementaridade com a criação de um Aproveitamento Hidroagrícola, a submeter à DGADR, “envolvendo potencialmente mais de 4000 hectares”.</p> <ul style="list-style-type: none"> • NE4 Projetos Específicos <ul style="list-style-type: none"> - para melhoria da gestão da água e promover a eficiência da sua utilização para regadio na Lezíria do Tejo <p>Objetivos Específicos: “<i>Estudo da Bacia Portuguesa do Rio Tejo, procurando soluções para reforçar a capacidade de armazenamento em território nacional, para que passe a ser possível mitigar períodos de seca, assegurando caudais mínimos suficientes para manter a qualidade da água, garantir a disponibilidade de água para alimentação dos regadios existentes (Lezíria de Vila Franca, Vala Real, etc) e evitar a penetração da cunha salina no Baixo Tejo</i>”.</p>
<p>Eixo 4 – Criar um incentivo a modelo energético e de mobilidade mais sustentáveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à produção energética renovável; • Melhoria da eficiência energética; • Promoção da mobilidade sustentável.

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

PIAAC-MT | Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Médio Tejo

Elaborado pela Comunidade Intermunicipal do Médio do Tejo (CIMT)

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicos
Opções de Adaptação às Alterações Climáticas <ol style="list-style-type: none"> 11. Promoção e divulgação de práticas agrícolas e florestais sustentáveis, incluindo o uso da água no regadio. 13. Promoção do uso eficiente da água, reduzindo desperdícios, criando alternativas de fornecimento de água e promovendo o uso de espécies/variedades vegetais autóctones e menos exigentes ao nível do consumo de água. 18. Proteção das linhas de água e recuperação dos perfis naturais de troços de rios e planícies de inundação e respetiva vegetação ribeirinha 	Medidas Simples de Adaptação às Alterações Climáticas para o Setor da Agricultura, Florestas e Pescas: <ul style="list-style-type: none"> - Conservar os maciços arbóreos, arbustivos e os exemplares notáveis de espécies autóctones, - Evitar a mobilização do solo e a sua permanência sem cobertura, - Utilizar plantas e/ou sementes certificadas, - (...) - Selecionar espécies agrícolas/florestais adequadas ao clima, - Adotar práticas, técnicas e tecnologias de 'Agricultura de Precisão' (GPS, SIG, VRT, condução assistida, deteção remota...), - Adotar práticas, técnicas e tecnologias de 'Agricultura de Conservação' (sementeira direta, rotação de culturas, consorciação...), - Fazer um uso sustentável da água e implementar sistemas de rega mais eficientes, - (...)

Oeste PIAAC | Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Oeste

Elaborado pela Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCIM)

O Oeste PIAAC consiste, num plano intermunicipal de ação para fazer frente às alterações climáticas. Neste sentido contem cartografia de risco para as principais vulnerabilidades climáticas e medidas de adaptação tendo em atenção uma visão de futuro para a região Oeste.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicos
Objetivo Estratégico 1: Conhecer Conhecer a realidade climática e a sua possível evolução, identificar os impactes atuais e futuros e avaliar as vulnerabilidades atuais e futuras às alterações climáticas do Oeste.	Agricultura e Florestas <ol style="list-style-type: none"> M1. Promover a implementação técnica de práticas de agricultura de conservação para maior proteção dos solos; M2. Promover sistemas produtivos menos exigentes em água e matéria orgânica e/ou mais adaptados a temperaturas mais elevadas; M3. Aumentar a capacidade de armazenamento de água; M4. Aumentar a capacidade de reforço sustentável das reservas hídricas disponíveis para a agricultura; M5. Promover uma maior articulação institucional das entidades responsáveis pelo ordenamento da floresta;
Objetivo Estratégico 2: Planear Estabelecer o quadro de medidas de adaptação locais e intermunicipais de adaptação dos setores estratégicos e a sua integração na gestão do território.	
Objetivo Estratégico 3: Capacitar	

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Oeste PIAAC | Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Oeste

Elaborado pela Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCIM)

Disponibilizar e disseminar conhecimento, assegurando uma estratégia comum, participada e direcionada para a implementação do Plano.	M6. Reforçar a capacidade de planeamento adaptativo e gestão ativa dos espaços florestais; M7. Atuar na erradicação das espécies invasoras lenhosas; M8. Estimular os circuitos curtos de aprovisionamento agroalimentar.
<p>Objetivo Estratégico 4: Sensibilizar</p> <p>Aumentar a consciencialização dos atores regionais para as alterações climáticas, os seus problemas, desafios e oportunidades.</p>	<p>Recursos Hídricos</p> M1. Aumentar a eficiência na adução e uso de água para consumo humano; M2. Diversificar as origens de água; M3. Aumentar a capacidade de armazenamento e de regularização do escoamento e da redução da evaporação; M4. Aumentar a resiliência passiva dos espaços públicos e das infraestruturas hidráulicas; M5. Promover a gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos; M6. Aumentar a resiliência das massas de água e dos sistemas de tratamento de águas e de efluentes.

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

• Instrumentos de Gestão Territorial de maior relevância

Âmbito Nacional

PNPOT | Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro (1ª revisão)

Visa estabelecer as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais programas e planos territoriais e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-Membros para a organização do território da União Europeia.

• Objetivos e Metas Gerais	• Objetivos e Metas Específicas
<p>Desafios Territoriais (D):</p> <ul style="list-style-type: none"> • D1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável <ul style="list-style-type: none"> 1.1 Valorizar o capital natural; 1.2 Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano; 1.3 Aumentar a resiliência socioecológica. • D2. Promover um sistema urbano policêntrico <ul style="list-style-type: none"> 2.1 Afirmer as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e de competitividade externa 2.2 Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna; 2.3 Promover a qualidade urbana. • D3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial <ul style="list-style-type: none"> 3.1 Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral; 3.2 Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização. 3.3 Promover o desenvolvimento transfronteiriço. • D4. Reforçar a conectividade interna e externa <ul style="list-style-type: none"> 4.1 Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica; 4.2 Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade; 4.3 Dinamizar as redes digitais. • D5. Promover a governança territorial <ul style="list-style-type: none"> 1.1 Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível; 1.2 Promover redes colaborativas de base territorial; 1.3 Aumentar a Cultura Territorial. 	<p>Domínios de Intervenção e Medidas:</p> <p>1. Domínio Natural</p> <p><u>Palavras-Chave:</u> Capitalizar Adaptar Otimizar Apropriar</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gerir o recurso água num clima em mudança; - Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício; - Afirmer a biodiversidade como um ativo territorial; - Valorizar o território através da paisagem; - Planear e gerir de forma integrada os recursos geológicos e mineiros; - Ordenar e revitalizar os territórios da floresta; - Prevenir riscos e adaptar o território à mudança climática; - Promover a reabilitação urbana, qualificar o ambiente urbano e o espaço público. <p>2. Domínio Social</p> <p>(...)</p> <p>3. Domínio Económico</p> <p><u>Palavras-Chave:</u> Inovar Atrair Globalizar Circular</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reforçar a competitividade da agricultura; - Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural; - Afirmer os ativos estratégicos turísticos nacionais; - Valorizar os ativos territoriais patrimoniais; - Dinamizar e revitalizar o comércio e os serviços; - Qualificar o emprego e contrariar a precariedade no mercado de trabalho; - Desenvolver ecossistemas de inovação de base territorial; - Reindustrializar com base na Revolução 4.0; - Reforçar a internacionalização e a atração de investimento externo;

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

PNPOT | Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro (1ª revisão)

	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar o território para a economia circular; - Promover a competitividade da silvicultura.
	<p>4. Domínio da Conetividade</p> <p>(...)</p> <p>5. Domínio da Governança Territorial</p> <p>(...)</p>
MODELO TERRITORIAL: Sistema Natural , Sistema Social, Sistema Económico , Sistema de Conectividade , Sistema Urbano, Vulnerabilidades Críticas	
Sistema Natural na área de estudo: Sistemas Aquíferos, Albufeiras de águas públicas, Rede hidrográfica, Solos de elevado valor ecológico e pedológico, Geoparque, Áreas Protegidas e Rede Natura, Sistemas Agroflorestais de Sobreiro e Azinheira, Sistema Litoral (< 2km da costa), Área de floresta a valorizar.	
Sistema Económico na área de estudo: Todos, predominando os perfis que incluem o setor agrícola e agroalimentar.	
Sistema de Conectividade na área de estudo: Redes de infraestruturas - corredores rododotroviários, corredores rododotroviários, pólos logísticos. Conectividade ecológica – Sistema hídrico, Sistema Litoral, Áreas de RNAP, RN2000 e de Conectividade. Principais interfaces ecológicas – Linhas de feito.	
Vulnerabilidades Críticas que condicionam o Modelo Territorial na área de estudo: Perigo de erosão costeira e de inundação, perigosidade elevada de movimentos de massa em vertentes, frequência elevada de ocorrência de seca, perigosidade de incêndio rural elevada e muito elevada, Zona sísmica de intensidade 9.	

PSRN 2000 | Plano Sectorial da Rede Natura 2000

RCM n.º 115-A/2008, 21 de julho

Visa garantir a conservação a longo prazo das espécies e habitats mais ameaçados da Europa, evitando a perda de biodiversidade. É o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
<p><i>“A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica que tem por objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia”.</i></p> <p>(...)</p> <p><i>Esta rede é constituída por zonas de protecção especial (ZPE), criadas ao abrigo da Directiva Aves e que se destinam, essencialmente, a garantir a conservação das espécies de aves e seus habitats, e por zonas especiais de conservação (ZEC), criadas ao abrigo da Directiva Habitats, com o objectivo expresso de contribuir para assegurar a conservação dos habitats naturais e das espécies da flora e da fauna incluídos nos seus anexos”.</i></p>	<p>A área de estudo é abrangida pelas seguintes áreas integradas na Rede Natura 2000:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Zonas Especiais de Conservação (Directiva Habitats): <ul style="list-style-type: none"> - São Mamede (PTCON0007); - Sicó/Alvaiázere (PTCON0045); - Estuário do Sado (PTCON0011); - Peniche/Santa Cruz (PTCON0056); - Sintra/Cascais (PTCON0008); - Estuário do Tejo (PTCON0009); - Serras de Aire e Candeeiros (PTCON0015); - Serra de Montejunto (PTCON0048). • Zonas de Protecção Especial (Directiva Aves):

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

PSRN 2000 | Plano Sectorial da Rede Natura 2000

RCM n.º 115-A/2008, 21 de julho

No que diz respeito à gestão dos Sítios e ZPE, identificam-se as seguintes linhas estratégicas:

- (...)
- Na gestão dos valores associados às linhas de água e dos sistemas húmidos, dada a sua estreita dependência das características do meio, deve presidir a lógica de gestão integrada da bacia hidrográfica, obrigando à necessária articulação entre as autoridades de conservação da biodiversidade e as entidades de tutela da gestão da água,
- (...)
- Nas áreas abrangidas por aproveitamentos hidroagrícolas, as orientações relativas à manutenção de funções produtivas e os objetivos de conservação dos valores naturais em presença devem ser compatibilizados;
- (...)

- Tejo Internacional, Erges e Pônsul (PTZPE0042);
- Paúl do Boquilobo (PTZPE0008);
- Estuário do Tejo (PTZPE0010);
- Estuário do Sado (PTZPE0011).

Para cada uma das áreas integradas na Rede Natura 2000 o PSRN 2000 estabelece um conjunto de medidas de gestão e conservação específicos.

PGRH Vouga, Mondego e Lis, PGRH Tejo e Ribeiras do Oeste e PGRH Sado e Mira | Planos de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4A), do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A) e do Sado e Mira (RH6) - 3.º Ciclo

RCM n.º 62/2024, de 3 de abril

Visam gerir, proteger e a valorizar ambiental, social e economicamente as águas ao nível da região hidrográfica, compatibilizando as suas utilizações com as suas disponibilidades. A região hidrográfica, constituída por uma ou mais bacias hidrográficas e respetivas águas costeiras, é a unidade principal de planeamento e gestão das águas.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
<ul style="list-style-type: none"> • OE1 - Adequar a Administração Pública na gestão da água <ul style="list-style-type: none"> - OO1.1 - Adequar e reforçar o modelo de organização institucional da gestão da água - OO1.2 - Aprofundar e consolidar os exercícios de autoridade e de regulação da água • OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos <ul style="list-style-type: none"> - OO2.1 - Melhorar a sistematização e atualização da informação das pressões sobre a água - OO2.2 - Melhorar o conhecimento e as metodologias de monitorização e avaliação das massas de água • OE3 - Atingir e manter o Bom estado/potencial das massas de água <ul style="list-style-type: none"> - OO3.1 - Atingir e manter o Bom estado das massas de água reduzindo ou eliminando os impactes através de uma gestão adequada das pressões 	<p>Medidas Regionais (RH5A):</p> <ul style="list-style-type: none"> • PTE3P01M02R_RH_3Ciclo – Redução de perdas físicas de água no setor agrícola <p><i>“Pretende-se sistematizar a informação disponível sobre as perdas físicas de água nos aproveitamentos hidroagrícolas públicos e colmatar as lacunas de informação, de modo a validar a projeção da sua evolução de acordo com as metas do PNUA e propor medidas para o aumento da eficiência dos regadios públicos e privados, designadamente através da promoção das seguintes ações:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Remodelação e/ou substituição de infraestruturas degradadas; 2. Gestão do funcionamento das redes de rega e aumento da sua eficiência nas parcelas; 3. Promoção da utilização de práticas de regadio mais eficazes; 4. Recurso a estações meteorológicas e a sondas de monitorização da humidade do solo que permitam ajustar, com maior precisão e em tempo real, as

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

PGRH Vouga, Mondego e Lis, PGRH Tejo e Ribeiras do Oeste e PGRH Sado e Mira | Planos de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4A), do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A) e do Sado e Mira (RH6) - 3.º Ciclo

RCM n.º 62/2024, de 3 de abril

<p>- OO3.2 - Assegurar um licenciamento eficiente através da aplicação do Regime Jurídico do Licenciamento das Utilizações dos Recursos Hídricos (RJURH)</p>	<p><i>necessidades de rega em função das taxas de evapotranspiração”.</i></p>
<p>• OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras</p>	<p>Os PGRH definem, ainda, um conjunto de objetivos ambientais e respetivas medidas, para as massas de água superficiais de cada Região Hidrográfica.</p>
<p>- OO4.1 - Garantir os caudais ecológicos nas massas de água superficiais e os caudais ambientais nas massas de água subterrâneas</p> <p>- OO4.2 - Assegurar uma utilização sustentável da água pelas diferentes utilizações, adequadas às disponibilidades existentes, atuais e futuras, através de um licenciamento eficiente e eficaz e de uma fiscalização persuasiva</p> <p>- OO4.3 - Promover as boas práticas para um uso eficiente da água</p>	<p>A área dominada, definida no Estudo - onde se incluem Aproveitamentos Hidroagrícolas (AH) em exploração, AH potenciais, propostas de expansão de AH e novos AH propostos, é intersectada por 30 massas de água superficiais. Para 24 destas massas de água os PGRH identificam como objetivo ambiental a necessidade de aplicação de medidas de controlo de poluição difusa de origem agrícola e pecuária. É proposta a “redução da utilização de pesticidas químicos com impacto nos recursos hídricos (2022-2027)” (medida PTE1P07M03R_RH_3Ciclo), para 5 massas de água superficial, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ribeiro de Fanhais (PT05RDW1154) - Afluente do Rio Alcoa (PT05RDW1159) - Rio Grande (PT05RDW1174) - Rio do Toxofal (PT05RDW1175) - Rio Sizandro (PT05RDW1180)
<p>• OE5 - Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade</p> <p>- OO5.1 - Promover a continuidade fluvial, com a remoção de estruturas obsoletas e/ou incluindo mecanismos que permitam a transposição</p> <p>- OO5.2 - Promover o restauro dos ecossistemas aquáticos degradados e geri-los de forma sustentável</p>	<p>É também proposta a “Aplicação dos princípios orientadores do Programa de Ação das Zonas Vulneráveis às massas de água com estado inferior a Bom resultante de atividades agrícolas (2022-2027)” (medida PTE1P06M04R_RH_3Ciclo), para as seguintes massas de água:</p>
<p>• OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água</p> <p>- OO6.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição</p> <p>- OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Afluente do Rio Alcoa (PT05RDW1159) - Rio do Meio (PT05RDW1160) - Rio de São Domingos (PT05RDW1171) - Rio Grande (PT05RDW1174) - Rio do Toxofal (PT05RDW1175) - Rio Sizandro (PT05RDW1180) - Ribeira do Vale da Fonte da Moça (PT05TEJ0994) - Vala da Azambuja (PT05TEJ1022) - Ribeira do Vale do Casal Velho (PT05TEJ0960) - Rio Alviela (PT05TEJ0970) - Ribeiro de Cabanas (PT05TEJ0983) - Rio Tejo (HMWB – Jusante B. Belver) (PT05TEJ0942)
<p>• OE7 - Promover a sustentabilidade económica e financeira da gestão da água</p> <p>- OO7.1 - Intensificar a aplicação do princípio do “utilizador-pagador”</p> <p>- OO7.2 - Garantir instrumentos de desenvolvimento da política da água integrando o crescimento económico</p> <p>- OO7.3 - Garantir a correta aplicação da Taxa de Recursos Hídricos (TRH), alargando o âmbito dos poluentes descarregados, assegurar uma maior assertividade na cobrança e a transparência na utilização das receitas</p>	<p>Para 6 massas de água, as medidas preconizadas não estão relacionadas com a atividade agrícola, nomeadamente:</p>

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

PGRH Vouga, Mondego e Lis, PGRH Tejo e Ribeiras do Oeste e PGRH Sado e Mira | Planos de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4A), do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A) e do Sado e Mira (RH6) - 3.º Ciclo

RCM n.º 62/2024, de 3 de abril

• **OE8 - Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais**

- OO8.1 - Assegurar a integração da política da água com as políticas setoriais
- OO8.2 - Assegurar a coordenação setorial da gestão da água na região hidrográfica através da Comissão Interministerial de Coordenação da Água, prevista no Plano Nacional da Água (2016)

• **OE9 - Promover a gestão conjunta das bacias internacionais**

- OO9.1 - Intensificar a articulação com Espanha na gestão das bacias internacionais para atingir, de forma conjunta, os objetivos da DQA
- OO9.2 - Assegurar um desempenho eficaz e eficiente da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADIC)

• **OE10 - Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água**

- OO10.1 - Assegurar a comunicação e a divulgação sobre a água, promovendo a construção de uma sociedade informada e sensibilizada para o valor e a política da água
- OO10.2 - Assegurar um aumento dos níveis de participação e intervenção da sociedade e dos setores de atividade nas questões relacionadas com a gestão da água

- Cella (PT05ART0008A)
- Rio da Areia (PT05RDW1153)
- Vala da Palhagueira (PT05RDW1164)
- Ribeira de Alcolobra (PT05TEJ0951)
- Vala de Alvisquer (PT05TEJ0981)
- Rio Tejo (PT05TEJ1023)

Para além das questões qualitativas, estão identificadas situações de seca e escassez no caso do Rio Sizandro (PT05RDW1180) e da Ribeira da Lamarosa (PT05TEJ1004), para as quais se propõe a “**Elaboração dos Planos de Gestão de Seca e Escassez (2023-2024)**” (medida PTE5P02M02R_SUP_RH_3Ciclo).

Medidas Específicas (RH5A):

Para a massa de água Rio Tejo (HMWB – Jusante B. Belver) (PT05TEJ0942) é ainda proposta a seguinte medida específica:

- Reabilitação e Modernização do Aproveitamento Hidroagrícola de Alvega, nos concelhos de Abrantes, Constância, Gavião, Mação e Sardoal (2024-Depois 2027) (medida PTE2P01M08_SUP_RH5_3Ciclo).

PGRI Vouga, Mondego e Lis, PGRI Tejo e Ribeiras do Oeste e PGRI Sado e Mira | Planos de Gestão de Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4A), do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A) e do Sado e Mira (RH6) - 2.º Ciclo

RCM n.º 63/2024, de 22 de abril

Visam a redução do risco nas áreas de possível inundação, através da implementação de medidas que minimizem as consequências prejudiciais para a saúde humana, as atividades económicas, o património cultural e o meio ambiente.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
1. Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população e nos agentes sociais e económicos	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar os cidadãos para os riscos associados às inundações, aconselhando procedimentos de segurança e comportamentos adequados em caso de um evento extremo. • Sensibilizar os cidadãos para os benefícios dos seguros na cobertura contra os riscos de inundações.

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

PGRI Vouga, Mondego e Lis, PGRI Tejo e Ribeiras do Oeste e PGRI Sado e Mira | Planos de Gestão de Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4A), do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5A) e do Sado e Mira (RH6) - 2.º Ciclo

RCM n.º 63/2024, de 22 de abril

	<ul style="list-style-type: none"> • Articular com as autarquias os procedimentos de diminuição da exposição à ameaça. • Divulgar informação e riscos associados, aos diferentes períodos de retorno, nas ARPSI identificadas.
2. Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para a adequada gestão do risco de inundação	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a operacionalidade das redes de monitorização. • Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados. • Reforçar a cooperação nas bacias internacionais e assegurar o envolvimento das instituições. • Promover a operacionalidade e manutenção evolutiva de sistemas de aviso e alerta. • Aprofundar o conhecimento sobre as inundações através de estudos e planos.
3. Melhorar o ordenamento do território e a gestão da exposição nas áreas inundáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Articular a elaboração dos instrumentos de gestão territorial estabelecendo medidas de redução dos riscos de inundações. • Diminuir a exposição. • Reduzir a vulnerabilidade ao galgamento e inundação costeira. • Relocalizar ou retirar edifícios sensíveis e outros elementos expostos de áreas inundáveis.
4. Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas áreas de possível inundação	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a profundidade, da velocidade de escoamento e do caudal, conduz à redução da perigosidade hidrodinâmica. • Adequar a ocupação de zonas com elevado risco de inundações minimizando os riscos para a saúde humana, ambiente, património e atividades económicas. • Implementar sistemas de aviso e definição de planos de emergência.
5. Contribuir para a melhoria ou a manutenção do bom estado das massas de água	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a probabilidade de ocorrência de derrames e de contaminação das massas de água em caso de inundação. • Promover medidas naturais de retenção água. • Recuperar através da renaturalização das linhas de água.
ARPSI coincidentes com os AH propostos: <ul style="list-style-type: none"> • PTRH5Tejo01 – Abrantes Estuário do Tejo • PTRH5AAlcoa01 – Alcobaça • PTRH5Sorraia01 – Coruche • PTRH5Grande01 – Lourinhã • PTRH5Sizandro01 – Torres Vedras Dois Portos 	

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

POASD | Plano de Ordenamento da Albufeira de São Domingos

RCM n.º 39/2009, de 14 de maio

O Plano de Ordenamento da Albufeira de São Domingos é um plano especial de ordenamento do território. Incide sobre o plano de água e respetiva zona terrestre de proteção, a qual apresenta uma largura de 500 m.

O ordenamento do plano de água e zona envolvente procura conciliar a forte procura desta área com a conservação dos valores ambientais e ecológicos e, principalmente, com a preservação da qualidade da água e o aproveitamento dos recursos através de uma abordagem integrada das potencialidades e das limitações do meio, com vista à definição de um modelo de desenvolvimento sustentável para o território.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
<p>a) Salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos, definindo regras de utilização do plano de água e da zona envolvente da albufeira;</p> <p>b) Definir as cargas para o uso e ocupação do solo que permitam gerir a área objeto de plano, numa perspetiva dinâmica e interligada;</p> <p>c) Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território;</p> <p>d) Planear de forma integrada a área envolvente da albufeira;</p> <p>e) Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes ou a serem criados com a proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira;</p> <p>f) Identificar as áreas mais adequadas para a conservação da natureza e as áreas mais aptas para atividades secundárias, prevendo as compatibilidades e complementaridades de uso entre o plano de água e as margens da albufeira;</p> <p>g) Recuperar a qualidade da água da albufeira visando, designadamente, garantir o abastecimento público à população;</p> <p>h) Garantir a articulação com os objetivos tipificados para o Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste.</p>	<p>Atividades interditas</p> <p><i>“No plano de água é interdita a prática dos seguintes actos ou actividades:</i></p> <p>(...)</p> <p><i>m) a captação de água da albufeira para outros fins que não o abastecimento público e desde que não inseridas em sistemas municipais ou multimunicipais; (...)</i></p> <p>Zonamento e atividades na zona terrestre de proteção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira • Nível de proteção I – Área de salvaguarda e valor ecológico <p><i>“3 - Constituem objectivos de protecção e salvaguarda destas áreas:</i></p> <p>a) <i>A manutenção dos ecossistemas presentes, a valorização da vegetação existente e a preservação do seu valor ecológico;</i></p> <p>b) <i>A preservação e manutenção dos recursos hídricos no que respeita à sua quantidade e qualidade”.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Nível de proteção II – Área de sensibilidade ecológica <p>2 - As áreas a que se refere o número anterior prosseguem os seguintes objectivos:</p> <p>a) <i>Promoção dos ecossistemas mencionados no número anterior, visando garantir a evolução e a regeneração das espécies vegetais que os integram;</i></p> <p>b) <i>Conservação do solo e dos recursos hídricos.</i></p> <p>3 - <i>Na área de sensibilidade ecológica é interdita a prática dos seguintes usos e actividades:</i></p> <p>a) <i>Actividades agrícolas ou florestais intensivas, exceptuando-se aquelas que estejam relacionadas com a manutenção e protecção de bosques ribeirinhos e de alimentação e refúgio das espécies cinegéticas ou protegidas;</i></p> <p>(...)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nível de proteção III – Áreas agrícolas e florestais <p>2 - <i>Nas áreas agrícolas e florestais devem ser promovidos os seguintes usos e actividades:</i></p>

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

POASD | Plano de Ordenamento da Albufeira de São Domingos

RCM n.º 39/2009, de 14 de maio

a) *Práticas agrícolas e florestais, devendo estas salvaguardar a preservação do solo e da qualidade da água e provendo ainda a **conversão do regime de cultura intensivo para um regime de cultura extensivo, limitando o uso de fertilizantes e fitofármacos;***

(...)

3 - *Nas áreas agrícolas e florestais e, em particular, nas que se encontrem abrangidas pelo regime da RAN, devem ser adoptadas medidas de articulação com os objectivos de conservação da natureza, nomeadamente através da aplicação de «medidas agro-ambientais» e de apoio à actividade cinegética, assim como **deve ser implementado o Código de Boas Práticas Agrícolas, com vista à gestão e racionalização do uso de fertilizantes e fitofármacos, e incentivada a mudança para a prática de agricultura biológica.***

• **Nível de proteção IV – Áreas com utilização agrícola**

2 - *As práticas agrícolas a desenvolver nas áreas com utilização agrícola devem conduzir à preservação do solo e da qualidade das águas superficiais e subterrâneas e promover, ainda, a gestão e racionalização do uso de produtos químicos na agricultura.*

- Nível de proteção V – Área de ocupação turística e área de utilização recreativa
- Nível de proteção VI – Área com potencial para ocupação urbana

Atividades proibidas na zona terrestre de proteção:

(...)

d) *O emprego de produtos fitofarmacêuticos, a não ser em casos justificados e condicionados às zonas a tratar e quanto à natureza, características e doses dos produtos a tratar;*

e) *O emprego de fertilizantes orgânicos e químicos azotados e fosfatados, nos casos de comprovado risco de contaminação da água por nitratos ou fosfatos de origem agrícola, através da sua monitorização;*

(...)

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Âmbito Regional

PROTOVT | Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

RCM n.º 64-A/2009, de 6 de agosto e retificada pela Declaração de Rectificação n.º 71-A/2009, de 2 de outubro

Define as grandes opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento regional, o modelo organizativo espacial e as orientações estratégicas e normativas conducentes a esse desenvolvimento.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
Eixo Estratégico 1: Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização	1.1 Renovar o modelo de crescimento económico, valorizando os recursos endógenos da região, promovendo pólos de competitividade e tecnologia, afirmando lógicas sectoriais ou de atividades relacionadas e organizadas em clusters ou redes e dinamizando a renovação económica urbana e revitalização da atividade económica em centros urbanos.
	1.2 Apostar na qualificação territorial através do reforço de infra-estruturas de internacionalização, acolhendo atividades produtivas, logísticas e de serviços, e da afirmação de um leque de especializações regionais nas áreas do turismo, cultura, desporto e lazer, acolhimento empresarial, agricultura/agro-alimentar, ambiente, recursos energéticos endógenos, e pesca e aquicultura.
	1.3 Potenciar a utilização eficiente das infra-estruturas de transportes existentes ou a criar, promovendo-se a elaboração e implementação de um Plano Regional de Transportes, impulsionando-se a criação de uma estrutura de coordenação dos transportes regionais e aumentando a acessibilidade aos centros urbanos e outros pólos/equipamentos relevantes.
	1.4 Fomentar a iniciativa empresarial e o empreendedorismo, garantindo a ligação das redes empresariais aos Centros de Investigação e às Universidades, e promovendo uma melhoria dos parques empresariais existentes.
	1.5 Apostar na qualificação humana, através do reforço da capacidade de qualificação técnica para a agricultura, floresta e pesca, do apoio ao desenvolvimento das atividades económicas associadas à produção cultural, e da orientação da prestação dos serviços públicos com base na utilização das TIC.
Eixo Estratégico 2: Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental	2.1 Proteger e valorizar os recursos naturais , patrimoniais e culturais através de medidas que os integrem na gestão do planeamento territorial regional e municipal, numa perspetiva de coesão territorial e reforço da identidade regional.
	2.2 Apostar no desenvolvimento sustentável das atividades de turismo e lazer, nomeadamente o <i>touring</i> cultural e paisagístico, através da identificação de temas e recursos a preservar para a constituição de rotas turísticas, considerando a localização de referência das “portas do mar”,

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

PROTOVT | Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

RCM n.º 64-A/2009, de 6 de agosto e retificada pela Declaração de Rectificação n.º 71-A/2009, de 2 de outubro

	<p>e do apoio a estratégias de comunicação e marketing que estruturam a procura dos produtos culturais regionais.</p> <p>2.3 Potenciar o aproveitamento das atividades agrícolas, florestais, nomeadamente as associadas à exploração de produtos verdes (agro-florestais e energias renováveis), conciliando-as com as dinâmicas urbanas e as áreas fundamentais para a conservação da natureza e da paisagem e promover o aproveitamento dos recursos geológicos, numa perspectiva de compatibilização dos valores naturais e patrimoniais com as componentes económica e social.</p> <p>2.4 Dar continuidade à aposta no aproveitamento da energia eólica da Região, e gerir a procura de energia através de políticas de planeamento do licenciamento urbanístico, de sensibilização e educação de populações e agentes económicos.</p> <p>2.5 Identificar a distribuição espacial dos perigos naturais, tecnológicos e ambientais no território regional, e promover a gestão adequada das águas residuais e de resíduos de origem agrícola e não agrícola, tomando em consideração a saúde pública e segurança de pessoas e bens, a ocupação atual do território e as projeções da sua utilização futura.</p>
<p>Eixo Estratégico 3: Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana</p>	<p>3.1 Reforçar e consolidar os subsistemas urbanos regionais, mitigando a dicotomia litoral/interior no sentido da estruturação de uma rede urbana polinucleada, integrando soluções de carácter plurimunicipal no âmbito dos sectores do abastecimento público de água e saneamento de águas residuais e reforçando complementaridades e sinergias em redes de equipamentos para as áreas da saúde, educação, cultura, desporto e lazer.</p> <p>3.2 Apostar na qualificação dos centros urbanos através da valorização dos recursos patrimoniais e frentes ribeirinhas, da recuperação dos espaços urbanos desqualificados, e do estabelecimento de redes de equipamentos, assegurando condições de acessibilidade e de mobilidade adequadas. e criar condições para o aparecimento de estruturas de nível concelhio vocacionadas para a reabilitação urbana, e promoção e recuperação do parque habitacional dos Centros Históricos, de modo a melhorar a sua atratividade.</p> <p>3.3 Apostar em formas de turismo alternativas, materializadas nas áreas urbanas e nos pequenos aglomerados tradicionais, com base na valorização dos recursos do património cultural, requalificando Fátima como centro urbano de Turismo Religioso.</p> <p>3.4 Apostar na qualificação dos recursos humanos, valorizando a oferta de ensino profissional e politécnico, e alargando a gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC aos centros urbanos de menor dimensão.</p>

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

PROTOVT | Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

RCM n.º 64-A/2009, de 6 de agosto e retificada pela Declaração de Rectificação n.º 71-A/2009, de 2 de outubro

Eixo Estratégico 4: Descobrir as novas ruralidades

4.1 Incrementar e consolidar, de forma sustentável, a competitividade das fileiras de produção agrícola, florestal e agro-pecuária, valorizando os produtos de grau elevado de diferenciação e qualidade, e garantindo uma valorização ambiental, paisagística, da biodiversidade e dos recursos naturais, e da valência turística dos espaços rurais.

4.2 **Requalificar e consolidar a agricultura de regadio, associada à promoção de mecanismos sustentáveis de gestão das infra-estruturas e dos recursos naturais**, e redimensionando as estruturas de transformação e comercialização.

4.3 Inovar ao nível da articulação urbano-rural, diversificando a economia e as funcionalidades agrícola e não agrícola associadas ao espaço rural, dirigida por uma utilização sustentável dos recursos naturais e do património rural e apostando numa ruralidade qualificada, através do desenvolvimento de competências técnicas, da melhoria da organização dos sectores produtivos, e do alargamento da gama de oferta de serviços coletivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC.

PROTAML | Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

RCM n.º 68/2002, de 8 de abril

Visão estratégia: Dar dimensão e centralidade europeia e ibérica à AML, espaço privilegiado e qualificado de relações euroatlânticas, com recursos produtivos, científicos e tecnológicos avançados, um património natural, histórico, urbanístico e cultural singular, terra de intercâmbio e solidariedade, especialmente atrativa para residir, trabalhar e visitar.

Objetivos e Metas Gerais	Objetivos e Metas Específicas
Objetivos: <ul style="list-style-type: none"> • A contenção da expansão da área metropolitana de Lisboa, sobretudo sobre o litoral e as áreas de maior valor ambiental, bem como nas zonas consideradas críticas ou saturadas do ponto de vista urbanístico; • A diversificação das centralidades na estruturação urbana, nas duas margens do Tejo, com salvaguarda da paisagem e dos valores ambientais ribeirinhos, suportada numa reorganização do sistema metropolitano de transportes, no quadro de uma estratégia de mobilidade para a área metropolitana; • A salvaguarda da estrutura ecológica metropolitana, que integra os valores naturais mais significativos desta área e que desempenham uma função ecológica essencial ao funcionamento equilibrado do sistema urbano metropolitano; • A promoção da qualificação urbana, nomeadamente das áreas urbanas degradadas ou socialmente 	Objetivos específicos: <ul style="list-style-type: none"> • Recentrar a área metropolitana no estuário do Tejo, salvaguardando os valores naturais e as áreas protegidas; • Desenvolver a «Grande Lisboa», cidade das duas margens, ancorada na cidade de Lisboa; • Policentrar a região; • Valorizar a diversidade territorial, corrigindo desequilíbrios existentes. 1.2 Orientações sectoriais 1.2.1 Ordenamento territorial e planeamento urbanístico <p>1.2.1.2 A continuidade e reforço da diversidade metropolitana pressupõe a permanência e o incentivo às funções agrícolas, florestais e naturais, o que implica o estabelecimento de mecanismos dirigidos para a viabilidade económica das atividades que lhes estão associadas e o efetivo controlo urbanístico nas suas áreas de fronteira, no sentido da sua estabilização e qualificação, e a contenção da edificação fora dos perímetros urbanos.</p>

Fase 2- Relatório Ambiental Final

AValiação Ambiental Estratégica do Estudo de Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

PROTAML | Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

RCM n.º 68/2002, de 8 de abril

deprimidas, bem como das áreas periféricas ou suburbanas e dos centros históricos.

Linhas estratégicas:

- 1) Afirmar Lisboa como região de excelência para residir, trabalhar e visitar, apostando na qualificação social, territorial, urbana e ambiental da área metropolitana;
- 2) Potenciar as inter-relações regionais da AML;
- 3) Inserir a AML nas redes globais de cidades e regiões europeias atrativas e competitivas;
- 4) Desenvolver e consolidar as atividades económicas com capacidade de valorização e diferenciação funcional, ao nível nacional e internacional;
- 5) Promover a coesão social, através do incremento da equidade territorial, da empregabilidade, do aprofundamento da cidadania e do desenvolvimento dos fatores da igualdade de oportunidades;
- 6) Potenciar as condições ambientais da AML.

Medidas:

- 1) Qualificação do território, elegendo o ambiente e o património como fatores de competitividade;**
- 2) Requalificação sociourbanística de áreas degradadas;
- 3) Reforço das acessibilidades internas e externas (portos, aeroportos e redes transeuropeias);
- 4) Qualificação dos serviços de saúde;
- 5) Promoção habitacional enquadrada em planos de ordenamento e padrões construtivos qualificados, estimulando o repovoamento das áreas urbanas centrais;
- 6) Integração urbana e social de grupos social e economicamente desfavorecidos — combate à pobreza e à exclusão social;
- 7) Qualificação dos sistemas de educação, formação e inserção profissional;
- 8) Incremento do lazer e do turismo;
- 9) Realização e promoção de eventos multiculturais e desportivos;
- 10) Reforço do sistema de produção e difusão científica e tecnológica;
- 11) Desenvolvimento de serviços avançados de nível internacional;
- 12) Desenvolvimento das indústrias de conteúdos.

1.2.2 Estrutura metropolitana de proteção e valorização ambiental

1.2.2.1 A estrutura metropolitana de proteção e valorização ambiental é constituída pelos espaços integrantes da REM, pelas áreas incluídas na Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional e Rede Natura, assim como pelas áreas agrícolas, florestais, silvestres e naturais que contribuem de forma decisiva para a sustentabilidade ambiental da AML.

1.2.2.4 Os terrenos periurbanos vocacionados para atividades agrícolas e florestais, ou importantes contribuintes da REM, devem ser salvaguardados do crescimento urbano ou de outros usos que reduzam ou retirem o seu carácter e potencialidade.

1.2.7 Atividades económicas

1.2.7.2 As atividades agrícola e florestal devem assumir um papel nuclear na estrutura e organização do sistema urbano metropolitano, apostando-se no desenvolvimento integrado das vertentes produtiva, ecológica, cultural e educativa, assegurando a manutenção da agricultura como atividade económica importante e qualificadora da paisagem e do território.

1.3 Orientações territoriais

1.3.12. Litoral atlântico norte

1.3.12.1 Assegurar a manutenção da agricultura como fator de qualificação da paisagem e de equilíbrio dos ecossistemas e da ocupação do território.

1.3.16. Lezíria do Tejo

1.3.16.1 Promover a manutenção da lezíria do Tejo como área de excelência para a agricultura metropolitana e para o funcionamento do sistema ecológico metropolitano.